

DOURADINA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

4

FASE 4 PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - PAI

PRODUTO 4
VERSÃO PRELIMINAR
MAIO/2023





EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

COORDENAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL

Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura CAU A28547-1

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Leticia Schmitt Cardon de Oliveira CAU A46913-0

COORDENAÇÃO TÉCNICA ADJUNTA

Arquiteto e Urbanista MSc. Walter Gustavo Linzmeyer CAU A33842-4

EQUIPE TÉCNICA

Administradora Juliana Mitsue SatoCRA/PR 14856

Advogada Lucia Benedita de Camargo Blicharski OAB-PR 37.951

Advogado Rafael Gustavo Cavichiolo..... OAB-PR 34.517

Advogada Marcia Valéria dos Santos Barbosa..... OAB-PR 61.291

Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura CAU A28547-1

Arquiteta e Urbanista Leticia Schmitt Cardon de Oliveira CAU A46913-0

Arquiteta e Urbanista Raquel Guidolin de Paula.....CAU A260323-3

Arquiteta e Urbanista Patrícia Pellizzaro.....CAU A28564-1

Arquiteta e Urbanista Débora Rocha Faria Jorge.....CAU A50457-2

Arquiteto e Urbanista MSc. Walter Gustavo Linzmeyer CAU A33842-4

Contador Walter José Floriano de Moraes.....CRC-PR 130721

Economista Ciro André de Moraes.....CORECON-PR 6.399

Economista Jackson Teixeira Bittencourt CORECON-PR 5.954

Engenheira Ambiental Lídia Sayoko Tanaka CREA-PR 87.131/D

Engenheira Cartográfica Rosane Schulka Scariotto.....CREA-PR-28.724/D

Engenheiro Civil/Sanitarista Nilo Aihara CREA-PR 8.040/D

NÍVEL DE APOIO TÉCNICO

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo – Ariana Rebeca Silva

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo – Giulia Mazeto

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo – Thiago Carneiro



COMISSÃO MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

(Decreto N° 229, de 04 de novembro de 2021)

COORDENAÇÃO

Servidor	Cargo	Matrícula	Função
Géssica Fernandes Miranda	Arquiteta e Urbanista	66345-0	Coordenadora da Equipe Técnica Municipal

EQUIPE TÉCNICA

Servidor	Cargo	Matrícula	Função
Gustavo Lima Fabri	Engenheiro Civil	159193/D	Suplente
Jonathan Lopes Monteiro	Assessor Jurídico	066330/O-0	Membro
Lucas Henrique Oshima Marino	Assessor Jurídico	80787	Suplente
Carlos Eduardo Barbosa da Silva	Contador	066330/O-0	Membro
Andréia Santos Ângelo	Secretaria de Finanças	-	Suplente
Mair Gizelma Santos Perissato	Agente Administrativo	-	Membro
Heloisa Fernanda Galvão Romualdo	Agente de Saúde	-	Suplente
Marcos Henrique da Silva	Secretário de Meio Ambiente e Agricultura	-	Membro
Henderson Novo Heim	Secretário Municipal de Meio Ambiente	03362/D	Suplente
Célia Terezinha Furlan Sossai	Secretária de Trabalho, Emprego e Promoção Social	-	Membro
Anderson Ribeiro Daldosso	Secretário de Governo	-	Suplente
João Paulo Laurindo	Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos	-	Membro
Carlos Augusto dos Santos Iria	Chefe da Divisão de Serviços Rodoviários	-	Suplente
Marcia Cristina Florenço Silva	Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte	-	Membro
Inês Pereira Ribeiro	Diretora de Ensino	-	Suplente





CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

(Portaria N° 240, de 14 de maio de 2021)

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Nome	Instituição	Membro
Géssica Fernandes Miranda	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	Titular
Gustavo Lima Fabril	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	Suplente
Jonathan Lopes Monteiro	Assessoria Jurídica	Titular
Lucas Henrique Oshima Marino	Assessoria Jurídica	Suplente
João Paulo Laurindo	Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos	Titular
Sidnei Saraiva Ferreira	Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos	Suplente
Andréia Santos Ângelo	Secretaria de Finanças	Titular
Elisangela Giroto	Secretaria de Finanças	Suplente
Marcia Cristina Florenço Silva	Secretaria de Educação Cultura e Esportes	Titular
Rosivane Aparecida Corsine	Secretaria de Educação Cultura e Esportes	Suplente
Inês Pereira Ribeiro	Secretaria de Educação Cultura e Esportes	Titular
Silene de Araújo Oliveira	Secretaria de Educação Cultura e Esportes	Suplente
Célia Terezinha Furlan Sossai	Secretaria de Serviço Social	Titular
Renata Lino da Silva Ribeiro	Secretaria de Serviço Social	Suplente
Evair dos Santos Garcia	Secretaria Municipal da Saúde	Titular
Joseli Gonsalves Pereira Casari	Secretaria Municipal da Saúde	Suplente
Benício Teixeira dos Santos	Câmara Municipal de Vereadores	Titular
Claudinei Xavier Leal	Câmara Municipal de Vereadores	Suplente
Bruno Colombo Pereira	EMATER	Titular
Bruno Pascoalino Moraes	EMATER	Suplente

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

Nome	Instituição	Membro
Nilton Marcos da Silva Junir	Associação Comercial e Empresarial de Douradina	Titular
Ricardo Bellanda	Associação Comercial e Empresarial de Douradina	Suplente
Sérgio Sadao Tamyama	Segmento de Agroindustrialização/Cooperativa Agrícola ou Associações de Produtores	Titular
João Flauzino dos Santos	Segmento de Agroindustrialização/Cooperativa Agrícola ou Associações de Produtores	Suplente
Márcio Henrique Morico	Associação de Moradores da Vila Rural	Titular





Nome	Instituição	Membro
Alessandra Maria da Silva Morico	Associação de Moradores da Vila Rural	Suplente
Alceu Lavezzo	Associação de Moradores do Distrito de Vila Formosa	Titular
Sebastião de Oliveira	Associação de Moradores do Distrito de Vila Formosa	Suplente
João Alves Ramos	Entidade de Classe dos Trabalhadores Rurais	Titular
Edinara Maria de Brito	Entidade de Classe dos Trabalhadores Rurais	Suplente
José Gonçalves da Silva	Instituições Religiosas	Titular
Jair Garcia	Instituições Religiosas	Suplente
Eder dos Santos	Profissionais liberais de Engenharia Civil ou Arquitetura	Titular
Juliano Silva Vicentini	Profissionais liberais de Engenharia Civil ou Arquitetura	Suplente
Maria Elizabete Oliveira Cruz	Associações de Moradores Urbanos	Titular
Greiciele da Silva Flausino Romão	Associações de Moradores Urbanos	Suplente
Henderson Novo Heim	Segmento de Segurança Pública ou Defesa Civil	Titular
Adriana Aparecida de Queiroz	Segmento de Segurança Pública ou Defesa Civil	Suplente
Renata Cervinhani	Entidades Beneficentes	Titular
Devanir Gil	Entidades Beneficentes	Suplente





GRUPO TÉCNICO PERMANENTE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

(Portaria nº 157, de 22 de abril de 2019)

COORDENAÇÃO

Servidor	Cargo	Matrícula	Função
Géssica Fernandes Miranda	Arquiteta e Urbanista	66345-0	Coordenador Técnico

EQUIPE TÉCNICA

Servidor	Cargo	Matrícula	Função
Andréia Santos Ângelo	Agente Administrativo	-	Membro
Fábio da Silva	Diretor de Departamento de Licitações e Contratos	-	Membro
Henderson Novo Heim	Secretário Municipal de Meio Ambiente	-	Membro



SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA	2
COMISSÃO MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	3
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	4
GRUPO TÉCNICO PERMANENTE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	6
SUMÁRIO	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE SIGLAS	9
APRESENTAÇÃO.....	11
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2 DETALHAMENTO DAS AÇÕES E INVESTIMENTOS	12
2.1 Eixo 1 – Qualidade Ambiental	17
2.2 Eixo 2 – Reordenamento territorial	20
2.3 Eixo 3 – Mobilidade Sustentável.....	24
2.4 Eixo 4 – Promoção da Qualidade de Vida	28
2.5 Eixo 5 – Estruturação do Setor Econômico	44
2.6 Eixo 6 – Sistema de Planejamento Municipal.....	48
3 ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS	51
3.1 Compatibilização do Plano de Ação e Investimentos com o Plano Plurianual 2022-2025	51
3.2 Fontes de Recursos.....	52
3.2.1 Fontes de Recursos não-reembolsável	52
3.2.2 Fonte de Recursos Próprios	53
3.2.3 Fonte de Recursos de Empréstimos e Financiamentos.....	53
3.2.4 Fonte de Parcerias Público-Privadas ou Intergovernamentais	54
3.3 Análise Geral dos Recursos Próprios Necessários	55
3.3.1 Capacidade de Endividamento e de Pagamento de Dívidas	55
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE	59





LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Temáticas e respectivos Eixos estruturantes propostos	13
Quadro 2: Eixo 1 – Qualidade Ambiental.....	17
Quadro 3: Eixo 2 – Reordenamento Territorial	20
Quadro 4: Eixo 3 – Mobilidade Sustentável.....	24
Quadro 5: Eixo 4 – Promoção da Qualidade de Vida	28
Quadro 6: Eixo 5 – Estruturação do Setor Econômico	44
Quadro 7: Eixo 6 – Sisetema de Planejamento Municipal	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	15
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Formas (exemplo) de financiamento das ações do Plano de Ação e Investimentos (PAI).....	52
Tabela 2: Resumo do financiamento das ações do PAI através de fontes de recursos complementares (exemplo).....	52
Tabela 3: Resumo do financiamento das ações do PAI através das Fontes não reembolsáveis (exemplo)...	53
Tabela 4: Resumo do financiamento das ações do PAI através de recursos de empréstimos e financiamentos (exemplo).....	54
Tabela 5: Resumo do financiamento das ações do PAI através de parcerias.....	54
Tabela 6: Necessidades de recursos próprios para implantação do PAI.....	55
Tabela 7: Capacidade de Endividamento para Contração de Novas Dívidas - 2021	56





LISTA DE SIGLAS

ASSECI	Assessoria de Controle Interno
ASSEJUR	Assessoria Jurídica
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CDM	Conselho de Desenvolvimento Municipal
CGU	Controladoria Geral da União
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DC	Dívida Consolidada
DCL	Dívida Consolidada Líquida
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FMS	Fundo Municipal de Saúde
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IFGF	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MP-PR	Ministério Público do Paraná
PBF	Programa Bolsa Família
PDM	Plano Diretor Municipal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
SEAA	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SEAMA	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
SEAP	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
SECE	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
SEF	Secretaria Municipal de Finanças
SEG	Secretaria de Governo
SEMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente





SES	Secretaria Municipal de Saúde
SETEP	Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social
SEVOSP	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UBS	Unidade Básica de Saúde





APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao **Produto 04 – Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do Plano Diretor Municipal (PDM)**, integrante do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) do município de Douradina, estado do Paraná e constitui o objeto do Contrato Administrativo nº 085/2021 firmado entre a empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. e a Prefeitura Municipal de Douradina, em atendimento ao Termo de Referência anexo ao Edital de Concorrência Tomada de Preços nº 12/2019.

Especificamente, este documento contempla o conteúdo previsto no item 2.18 do Termo de Referência, discorrendo sobre os seguintes tópicos do TR: definir as ações e investimentos prioritários, para a implementação do PDM, considerando as atividades das fases anteriores.

Trata-se de um documento preliminar que deve ser apreciado pelas seguintes equipes: Comissão Municipal de Revisão do Plano Diretor Municipal; Grupo Técnico Permanente para fins de Implementação, Acompanhamento e Gestão do Plano Diretor Municipal; e Conselho de Desenvolvimento Municipal.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme já explicitado pelo Governo do Estado do Paraná, através do Termo de Referência do Paranacidade, o Plano de Ação e Investimentos (PAI) é o elemento balizador para permitir aos municípios o atendimento à Lei Estadual n.º 15.229, de 25 de julho de 2006, que torna a existência de Plano Diretor pré-requisito para obtenção de recursos junto ao Governo do Estado:

"Art. 3º. Na elaboração, implementação e controle dos Planos Diretores Municipais os Municípios deverão observar as disposições do Estatuto da Cidade e deverão ser constituídos ao menos de:

[...]

IV - plano de ação e investimentos, compatibilizados com as prioridades do Plano Diretor, com o estabelecimento de ações e investimentos compatibilizados com a capacidade de investimento do Município e incorporado nas Leis do Plano Plurianual – PPA, Diretrizes Orçamentárias – LDO e Orçamento Anual – LOA (PARANÁ, 2006)".

O presente Plano de Ação e Investimentos indica as ações e os projetos prioritários, tendo em vista a implementação do PDM, contendo as estimativas de custo em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais para os próximos cinco anos, em compatibilidade com a capacidade de investimento do município, incluídas a previsão de capacidade de endividamento municipal e outras fontes de recurso. Neste documento, serão ainda, explicitados os investimentos necessários, o modo pelo qual se fará a gestão administrativa e territorial e a forma como incidirá a regulamentação do solo urbano e rural. No PAI constam estratégias para implementação, acompanhamento, controle, avaliação e atualização permanente do PDM. Enfatiza-se que os prazos têm início no ano de aprovação do PDM, devendo haver certa flexibilidade em relação às atividades e prazos, que dependem da captação de recursos do município, entre outros, sendo imprescindível a avaliação constante deste plano. Sua concepção é para um prazo de cinco anos, devendo ser avaliado anualmente o ano anterior e incluído mais um ano para mantê-lo sempre com cinco anos de forma a ser subsídio para o Plano Plurianual (PPA), que é elaborado a cada quatro anos, e anualmente para subsidiar as leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA).

2 DETALHAMENTO DAS AÇÕES E INVESTIMENTOS

Considerando os Eixos de Desenvolvimento estabelecidos no Produto 3 – Diretrizes e Propostas para Cidade Sustentável, foram estabelecidas ações para cada um desses eixos, as quais têm por objetivo propiciar o detalhamento necessário para que o poder público, em parceria com a iniciativa privada e demais instituições, possa agir efetivamente, implementando as propostas definidas no Plano Diretor Municipal. Quanto à elaboração do próximo PPA, os gestores municipais deverão contemplar todas as ações aqui alocadas (salvo aquelas já executadas) e poderão proceder a novas compatibilizações, além de inserir outras conforme a demanda municipal. O quadro a seguir apresenta os eixos propostos para o município de Douradina.

Quadro 1: Temáticas e respectivos Eixos estruturantes propostos

TEMÁTICAS	EIXOS PROPOSTOS
Aspectos físico-ambientais	1. QUALIDADE AMBIENTAL
Aspectos de Uso e Ocupação do Solo	2. REORDENAMENTO TERRITORIAL
Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	3. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL
	4. PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA
Aspectos de Infraestrutura Social	
Aspectos Socioeconômicos	5. ESTRUTURAÇÃO DO SETOR ECONÔMICO
Aspectos Institucionais e legais	6. SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023.

Assim sendo, os quadros na sequência demonstram para cada um dos Eixos de Desenvolvimento Municipal apresentados, os seguintes elementos:

- O órgão público responsável;
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Dimensão, considerando sua função e subfunção;
- Principais diretrizes de cada eixo de desenvolvimento;
- Ações propostas;
- Localização referente à cada ação;
- Meta estabelecida;
- Custo;
- Prazos estabelecidos para a execução de cada ação;
- Indicadores de resultado propostos para implementação e avaliação periódica das ações previstas no Plano de Ação e Investimentos; e por fim,
- Fontes de recursos para custear as ações que constam no PAI, que podem ser (i) próprios, (ii) de terceiros, onerosos ou não, ou (iii) mistos (através de parcerias).

A coluna “Direitos à Cidade Sustentável” relaciona os eixos estruturantes, bem como as diretrizes e ações, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Os ODS são objetivos interconectados e multidisciplinares que abordam os principais desafios de desenvolvimento, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades inclusivas até 2030.

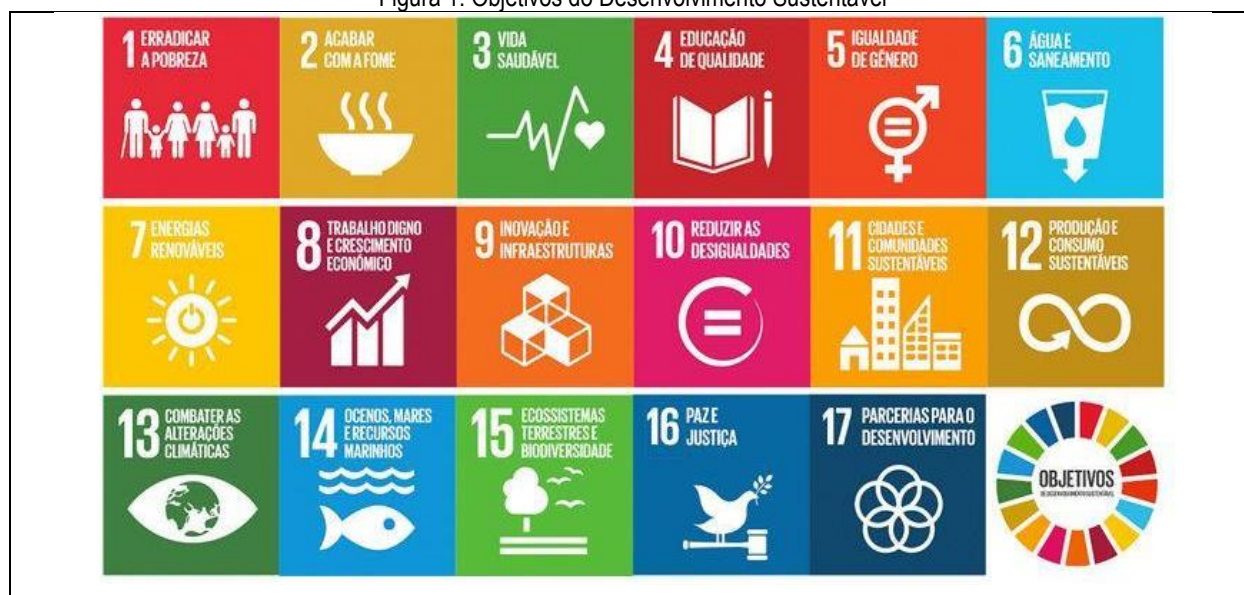
Os ODS compreendem 17 objetivos, a saber:



- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
- Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e o preço acessível à energia para todas e todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A figura a seguir ilustra os 17 ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil, 2021.

Tendo em vista a coluna detalhada dos investimentos das ações expostas, têm-se os prazos de execução das mesmas. Contudo, há que se hierarquizá-los em função das prioridades, uma vez que o município não conseguirá dar início a todas as ações ao mesmo tempo. Assim, a coluna de prazos demonstra as ações prioritárias considerando o horizonte de cinco anos do PAI, se dividindo entre:

- Prazo imediato: ano 1;
- Prazo curto: 01 a 03 anos;
- Prazo médio: 03 a 05 anos; e
- Prazo longo: acima de 05 anos.

Já os Indicadores, configuram uma ferramenta de planejamento que possuem a função de indicar, e principalmente comunicar, questões julgadas pertinentes ao desenvolvimento municipal e qualidade de vida de seus habitantes. De acordo com SANTOS (2004):

As realidades se sucedem ao longo do tempo e deixam marcas, evidências, retratos em forma de paisagens. Elas são em si imutáveis. O que muda, ao longo do tempo do homem, é a interpretação que ele faz. As interpretações nada mais são do que a aspiração de se chegar cada vez mais próximo da verdade, ou seja, da “real realidade”. Esses, num primeiro momento são identificados pelo dado, ou seja, pelo princípio ou base imediata do conhecimento sobre o meio, ainda não construído ou elaborado. A decisão do planejador sobre a representação, valor e relação entre os dados é que conduz à determinação dos indicadores.

Bons indicadores têm a função de ajudar na escolha da melhor direção para atuação, fazendo as pessoas a pensarem e agirem, ao invés de somente medir a velocidade dos fatos e observar transformações, conforme explicam MACGILLIVRAY e ZADEK (1995) e INNES e BOOHER (2000). Não existe, no entanto, uma fórmula para desenvolver um sistema de indicadores. De acordo com as circunstâncias atuais, necessidades, disponibilidades de



dados, atores interessados e envolvidos no processo, cada comunidade deve desenvolver o seu próprio sistema. Segundo VAZ (1995) um dos principais critérios de avaliação do desempenho de uma gestão municipal é a sua capacidade de promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É difícil, no entanto, “detectar quando a mudança da qualidade de vida é resultado das ações do governo municipal, das ações de outros atores sociais (governos estaduais e federal, ONGs, associações filantrópicas, etc.) ou até mesmo de desempenho da atividade econômica” (BRASIL, 2001). Mas é possível identificar alguns campos nos quais o governo municipal tem condições e atribuição legal para intervir, como alfabetização de adultos, saneamento básico, coleta e destinação de resíduos sólidos, ensino infantil, creches, entre outros.

Analisando a realidade do município de Douradina, e tendo em vista o momento de revisão deste PDM, considera-se importante a determinação da seguinte classe de avaliação (baseado em INNES e BOOHER, 2000): Indicadores de Desempenho do PDM.

Os Indicadores de Desempenho do PDM referem-se aos chamados indicadores de políticas, planos ou programas, e tem o objetivo de avaliar a implementação do PDM, através das ações determinadas dentro de cada Eixo de Desenvolvimento e dos aspectos da Gestão Municipal. Estes permitem avaliar mais objetivamente ações e resultados alcançados, permitindo buscar a causa de conflitos. Para Marmeleiro muitas das ações propostas neste PAI referem-se à elaboração e implantação de estudos e projetos, e, por conseguinte, os respectivos indicadores referem-se à execução direta destas ações.

No entanto, sempre que pertinente procurou-se quantificar a execução destas ações, de forma a criar indicadores menos subjetivos ou manipuláveis. Ainda, alguns indicadores necessitam de estudos específicos para tornar possível a definição do valor de base, uma vez que se trata de números ainda não quantificados pela Prefeitura Municipal.

Não obstante, destaca-se a importância de uma reflexão constante acerca destes indicadores, da sua validade e pertinência no processo de avaliação do desempenho do PDM. Obviamente, à medida que as ações forem reavaliadas, de forma democrática e participativa conforme recomendado pelo PAI, há a necessidade de readequação destes indicadores.

É importante, pois, a necessidade de um acompanhamento periódico e pré-determinado, configurando um mecanismo de avaliação constante. Sugere-se o repasse e divulgação de informações por parte das secretarias e departamentos da Prefeitura Municipal de forma bimestral para o gestor dos indicadores, e a realização de conferências municipais anuais objetivando a avaliação pública e discussão de alternativas e propostas para melhorar o desempenho destes indicadores. Isto pode permitir inclusive a comparação entre diferentes momentos do governo ou diferentes gestões.

Assim, para cada indicador definido, tem-se a identificação do valor base, isto é, a situação atual em relação ao indicador, e o estabelecimento da meta a ser alcançada em um determinado período de tempo (prazo).

A seguir são apresentados os Eixos de Desenvolvimento estabelecidos no Produto 3 – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, com o detalhamento necessário para a implementação das propostas definidas no Plano Diretor Municipal.



2.1 Eixo 1 – Qualidade Ambiental

Quadro 2: Eixo 1 – Qualidade Ambiental

TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Aspectos naturais	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	06 - Água Potável e Saneamento	18 - Gestão Ambiental, 544 – Recursos Hídricos	Promover a conservação dos recursos hídricos, visando garantir a qualidade dos mananciais de abastecimento subterrâneos e cursos d'água superficiais	1. Promover o monitoramento contínuo da qualidade da água, especialmente dos mananciais de abastecimento subterrâneos	Todo o município	100% dos recursos hídricos municipais, especialmente em áreas de mananciais de abastecimento público, monitorados regularmente	R\$ 100.000,00	Curto	Índice de Qualidade da Água; quantidade de boletins de qualidade da água gerados / ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT, Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-PR; Sanepar; GAEMA); Instituições de ensino; recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	06 - Água Potável e Saneamento	18 - Gestão Ambiental, 542 – Controle Ambiental		2. Realizar ações de fiscalização dos corpos hídricos e identificar possíveis pontos de poluição e contaminação das águas	Todo o município	Fiscalização dos corpos hídricos municipais	R\$ 60.000,00	Curto	Índice de Qualidade da Água; quantidade de boletins de qualidade da água gerados / semestre; quantitativo de agrotóxicos e substâncias nocivas encontrados nos recursos hídricos nas áreas de manancial / ano; número de pontos de poluição identificados / ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT, Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-PR; Sanepar; GAEMA); Instituições de ensino; ONGs; sociedade civil organizada; recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	04 - Educação de Qualidade; 15 - Vida Terrestre	04 – Administração, 126 – Tecnologia da Informação		3. Promover a conscientização da população quanto à preservação do meio ambiente, através dos canais de comunicação, inclusão de ações de educação ambiental nas escolas, entre outros	Todo o município	Promoção do alcance de 100% da população municipal através de metodologias variadas acerca da educação ambiental	R\$ 125.000,00	Imediato	Número de campanhas de conscientização realizadas / ano; número de ações de educação ambiental realizadas nas escolas públicas / ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT, Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-PR; Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA; GAEMA); Instituições de ensino; ONGs; sociedade civil organizada; setor privado; recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	04 - Educação de Qualidade; 15 - Vida Terrestre	12 – Educação, 368 – Educação Básica	Garantir medidas de recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e áreas de vegetação nativa	4. Fortalecer as atividades de educação ambiental na grade curricular de ensino	Todo o município	Inserção de atividades voltadas à educação ambiental na grade curricular de ensino público	-	Imediato	Quantidade de horas dedicadas à educação ambiental nas escolas / semestre em relação aos números atuais; Número de atividades voltadas à educação ambiental / semestre em relação aos números atuais	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEDEST; SEED); Instituições de ensino; recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	15 - Vida Terrestre	18 - Gestão Ambiental, 541 – Preservação e Conservação Ambiental		5. Incentivar os habitantes, em especial produtores rurais, que realizam ações de proteção e recuperação da mata ciliar, por meio de políticas públicas e programas relacionados	Macrozonas Rurais	100% dos produtores rurais contemplados por incentivos de proteção e recuperação ambiental de APPs	-	Curto	Número de programas/políticas públicas relacionadas ao incentivo da proteção e recuperação da mata ciliar (produtores rurais) / ano; quantidade (em reais) disponibilizada aos programas/políticas de incentivo / ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT, Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-PR; Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA; GAEMA; SEDEST; IDR-PR); Instituições de ensino; ONGs; sociedade civil organizada; recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	15 - Vida Terrestre	04 – Administração, 125 – Normatização e Fiscalização		6. Elaborar políticas de conservação e monitoramento das áreas de APP e remanescentes florestais nativos do Município	Todo o município	100% das áreas de APP e remanescentes florestais nativos conservados e monitorados periodicamente	-	Curto	Número de políticas de conservação e monitoramento de APPs e remanescentes florestais existentes; número de ações relacionadas ao monitoramento das áreas de APP e remanescentes florestais / ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT, Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-PR; Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA; GAEMA; SEDEST); Instituições de ensino; recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	15 - Vida Terrestre	18 - Gestão Ambiental; 543 - Recuperação de Áreas Degradadas		7. Elaborar programa de recuperação e preservação de áreas ambientais, referentes às APPs e áreas degradadas e implantá-lo	Todo o município	Recuperação e preservação de APPs e áreas degradadas conforme programa criado	R\$ 154.000,00	Curto	Programa elaborado; % de implementação do programa de recuperação e preservação das APPs e áreas degradadas / ano	Governo Estadual (IAT); Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente), recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	15 - Vida Terrestre; 17 - Parcerias e meios de implementação	18 - Gestão Ambiental, 543 – Recuperação de Áreas Degradadas		8. Fomentar parcerias para a recuperação de APP (ONG, entidades sociais, escolas, entre outras)	Todo o município	Efetivação de ao menos uma parceria/ano com escopo ambiental para a recuperação de APPs	-	Curto	Número de parcerias com escopo ambiental firmadas / ano	ONG, escolas, sociedade civil organizada, Governo Estadual (IAT; Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA; GAEMA), setor privado



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	16 - Vida Terrestre; 17 - Parcerias e meios de implementação	18 - Gestão Ambiental, 541 – Preservação e Conservação Ambiental		9. Promover ações em conjunto com o Estado no Corredor de Biodiversidade Caiuá-Ilha Grande no âmbito do Projeto Paraná Biodiversidade	Macrozonas Rurais	Estabelecer vínculo com o Estado para sincronizar ações no tocante dos Corredores de Biodiversidade inseridas no Município	R\$ 60.000,00	Médio	Número de ações ambientais realizadas nos Corredores de Biodiversidade / ano	Governo Estadual (IAT; SEDEST); recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	15 - Vida Terrestre	18 - Gestão Ambiental, 541 – Preservação e Conservação Ambiental	Promover o desenvolvimento econômico sustentável aliado a preservação do meio biológico	10. Incentivar a criação de Unidades de Conservação nas Áreas Estratégicas para Conservação e Restauração da Biodiversidade (AECR) e Corredor de Biodiversidade de Caiuá-Ilha Grande	Macrozonas Rurais	Criação de UCs nas AECR e Corredor de Biodiversidade	R\$ 20.000,00	Curto	Número de UCs criadas nas AECR e Corredor de Biodiversidade /ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT; GAEMA; SEDEST); Instituições de ensino; recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	15 - Vida Terrestre	18 - Gestão Ambiental, 541 – Preservação e Conservação Ambiental		11. Implantar programas de incentivo a criação de RPPNs	Todo o município	Efetivação de programa de incentivo de criação de RPPNs	R\$ 15.000,00	Curto	Programas de incentivo à criação de RPPNs criado e implantado; número de RPPNs criadas / ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT); recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	15 - Vida Terrestre	18 - Gestão Ambiental, 541 – Preservação e Conservação Ambiental		12. Elaborar e implantar o Plano de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Município (ESEC e REBIO)	Macrozonas Rurais	Instauração do Plano de Manejo das UCs de Proteção Integral do Município	R\$ 135.000,00	Imediato	Plano de Manejo das UCs de Proteção Integral elaborado e implantado	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT; GAEMA; SEDEST); Instituições de ensino; recursos próprios
CUSTO TOTAL								R\$ 669.000,00			

Nota:

	Ação contínua
--	---------------

2.2 Eixo 2 – Reordenamento territorial

Quadro 3: Eixo 2 – Reordenamento Territorial

TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Aptidão ao uso e ocupação antrópicos	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana	Promover a ocupação do solo prioritariamente nas áreas aptas, respeitando as restrições impostas pelas características naturais do terreno	1. Definir as áreas para expansão urbana através da alteração do perímetro urbano, de acordo com as áreas mais propícias identificadas	Macrozonas Urbanas	Áreas para expansão urbana definidas	R\$ 0,00	Imediato	Áreas para expansão urbana definidas	recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		2. Regular o novo zoneamento e macrozoneamento proposto na revisão do PDM, o qual considerou as áreas de restrição à ocupação urbana (APPs, áreas de vegetação e reserva legal)	Todo o município	Novo zoneamento e macrozoneamento regulamentado logo após a revisão do PDM	R\$ 0,00	Imediato	Legislação de uso e ocupação do solo regulamentada	recursos próprios
Uso e ocupação do solo municipal	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	20 - Agricultura, 601 - Promoção da produção vegetal	Garantir a infraestrutura adequada para a população rural visando a permanência do homem no campo	3. Promover apoio à produção rural para desenvolvimento mais eficiente das produções agrícolas	Macrozonas rurais	Apoio a 100% dos produtores rurais em 10 anos	R\$ 150.000,00	Curto	Número de produtores rurais apoiados em relação ao total existente/ano	Recursos próprios, Governo Estadual (Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento - SEAB)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 6 - Água potável e saneamento; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		4. Promover infraestrutura para as comunidades rurais e distritos (água, esgoto, energia, internet, etc.)	Macrozonas rurais	Infraestruturas implantadas em todos os distritos e comunidades rurais	R\$ 2.530.000,00	Curto	Número de infraestruturas implantadas	Recursos próprios, Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	20 - Agricultura, 601 - Promoção da produção vegetal	Promover o ordenamento territorial da área rural, garantindo o manejo sustentável dos recursos naturais	5. Criar e implementar programas de incentivos à agricultura familiar e pequenos produtores	Macrozonas rurais	Ao menos um programa criado	R\$ 175.000,00	Curto	Número de programas criados e implantados/ano	Recursos próprios, Governo Estadual (SEAB)
	SEAMA — Secretaria Municipal de	ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS	20 - Agricultura, 601 - Promoção		6. Incentivar a diversificação da produção primária	Macrozonas rurais	Produção diversificada	R\$ 55.000,00	Curto	Quantidade de produções diversificadas/ano	Recursos próprios, Governo Estadual (SEAB, IDR-PR)



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	Agricultura e Meio Ambiente	11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	da produção vegetal								
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	20 - Agricultura, 601 - Promoção da produção vegetal		7. Promover e incentivar parcerias com universidades, cooperativas, empresas privadas e órgãos extensionistas federais e estaduais para execução de programas e ações de assistências técnicas	Macrozonas rurais	Ao menos uma parceria criada no prazo estipulado no PAI	R\$ 0,00	Imediato	Número de parcerias promovidas/ano	Recursos próprios, Instituições de ensino; cooperativas; Governo Estadual (SEAB, IDR-PR)
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	23 - Comércio e serviços, 691 - Promoção comercial		8. Promover feiras e espaços para comercialização dos produtos da agricultura local	Todo o município	Realização de pelo menos uma feira e disponibilidade de espaço /ano	R\$ 275.000,00	Imediato	Número de feiras e espaços promovidos/ano	Recursos próprios, Governo Estadual (SEAB); cooperativas
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	10 - Saúde, 306 - Alimentação e nutrição		9. Fortalecer os programas PAA e PNAE, utilizando das produções locais para alimentação escolar e das famílias de baixa renda	Todo o município	Programas PAA e PNAE fortalecidos	R\$ 115.000,00	Imediato	Programas PAA e PNAE fortalecidos/ano; Número de escolas e famílias de baixa renda beneficiadas pelos programas/ano	Recursos próprios, Governo Estadual (SEAB); cooperativas
	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 15 - Vida terrestre	18 - Gestão Ambiental, 542 - Controle Ambiental	Promover o ordenamento territorial, fomentando a ocupação, o crescimento e o desenvolvimento sustentável do Município	10. Incentivar a averbação de Reservas Legais, por meio da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR)	Todo o município	Reservas Legais averbadas	R\$ 10.000,00	Curto	Número de Reservas Legais averbadas/ano	Recursos próprios, Governo Estadual (IAT)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		11. Regulamentar nova lei do zoneamento, uso e ocupação do solo	Macrozonas Urbanas	Lei regulamentada	R\$ 0,00	Imediato	Lei regulamentada	Recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	Serviços Públicos				definida no processo de revisão do PDM						
Uso e ocupação do solo urbano	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	18 - Gestão Ambiental, 542 - Controle Ambiental		12. Fiscalizar e impedir a ocupação e parcelamento do solo fora do perímetro urbano e em desacordo com a lei de parcelamento do solo	Todo o município	Inexistência de ocupações irregulares	R\$ 100.000,00	Imediato	Número de ocupação irregular existente fora do perímetro urbano/ano	Recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		13. Implantar marcos da readequação do perímetro urbano	Macrozonas Urbanas	Marcos implantados no prazo estipulado pela lei de perímetros urbanos	R\$ 90.000,00	Imediato	Marcos implantados após aprovação da lei	Recursos próprios, Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	16 - Habitação, 482 - Habitação urbana	Organizar o desenvolvimento da cidade, através da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município, priorizando a ocupação dos vazios urbanos e o crescimento ordenado do espaço urbano sustentável	14. Incentivar a ocupação em vazios urbanos, através de instrumentos como IPTU progressivo	Macrozonas Urbanas	Instrumento regulamentado no município	R\$ 0,00	Médio	Instrumento regulamentado e aplicado no município	Recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	16 - Habitação, 482 - Habitação urbana		15. Implementar instrumentos urbanísticos para impulsionar a ocupação de lotes vazios voltados à implementação de equipamentos comunitários, tais como o Direito de Preempção	Macrozonas Urbanas	Instrumentos regulamentados no município	R\$ 0,00	Imediato	Número de instrumentos implantados	Recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 15 - Vida terrestre	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		16. Realizar a fiscalização do uso e ocupação do solo urbano	Macrozonas Urbanas	100% das áreas urbanas com fiscalização efetiva	R\$ 120.000,00	Curto	Número de fiscalizações realizadas/ano	Recursos próprios, Sociedade civil organizada; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		17. Realizar a divulgação dos parâmetros de uso e ocupação do solo conforme legislação municipal em vigência	Macrozonas Urbanas	Divulgações realizadas	R\$ 2.000,00	Imediato	Número de divulgações realizadas	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)

TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
					para disseminação das informações a toda a população							
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	OS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	22 - Indústria, 661 - Promoção industrial		18. Realizar a construção de barracão industrial para fomentar a atividade industrial	Sede urbana	Barracão construído	R\$ 350.000,00	Curto	% do barracão construído	Recursos próprios, Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)	
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	OS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	22 - Indústria, 661 - Promoção industrial		19. Ampliar o distrito / parque industrial no município	Sede urbana	Distrito / parque industrial ampliado	R\$ 1.150.000,00	Curto	Distrito / parque industrial ampliado	Recursos próprios, Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)	
								CUSTO TOTAL	R\$ 5.122.400,00			

Nota:

	Ação contínua
--	---------------

2.3 Eixo 3 – Mobilidade Sustentável

Quadro 4: Eixo 3 – Mobilidade Sustentável

TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Sistema Viário Municipal	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	26 - Transporte, 782 - Transporte rodoviário	Promover a mobilidade municipal	1. Criar e implantar programa de manutenção e sinalização das estradas rurais municipais	Macrozonas rurais	Programa criado e implementado	R\$ 550.000,00	Curto	% do Programa criado e % do Programa implementado	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério da Infraestrutura)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	26 - Transporte, 782 - Transporte rodoviário		2. Pleitear recursos com o governo estadual e federal para melhorias nas estradas rurais	Macrozonas rurais	Recursos angariados	R\$ 0,00	Imediato	Montante de Recursos angariados/ano	Recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	26 - Transporte, 782 - Transporte rodoviário		3. Criar e implantar programa de pavimentação das estradas rurais e vias dos distritos administrativos	Macrozonas rurais	80% das estradas rurais pavimentadas	R\$ 1.580.000,00	Curto	% das estradas rurais com pavimentação/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério da Infraestrutura)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	26 - Transporte, 782 - Transporte rodoviário		4. Executar a pavimentação da Estrada Jardim do Ivaí (sede/distrito)	Todo o município	Estrada 100% pavimentada	R\$ 375.000,00	Curto	% da Estrada pavimentada / total de extensão da estrada	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério da Infraestrutura)
Sistema Viário Urbano	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana	Planejar, executar e manter o sistema viário segundo critérios de segurança e conforto da população, respeitando o meio ambiente, obedecidas as diretrizes de uso e ocupação do solo e do transporte de	5. Promover a reestruturação de vias urbanas conforme diretrizes do Plano Diretor e legislação correlata	Macrozonas Urbanas	vias urbanas reestruturadas conforme diretrizes do PDM	R\$ 360.000,00	Médio	Número de vias urbanas reestruturadas em relação ao proposto no PDM	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério da Infraestrutura)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		6. Fiscalizar a implantação de novas vias para atendimento da legislação municipal	Todo o município	Novas vias fiscalizadas	R\$ 0,00	Imediato	Novas vias fiscalizadas	-



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana	passageiros e cargas	7. Executar obras de pavimentação e sinalização viária na sede e distritos	Áreas urbanas	80% das vias com pavimentação e sinalização executadas	R\$ 930.000,00	Médio	% de ruas com pavimentação e sinalização executadas / total de vias urbanas	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério da Infraestrutura)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		8. Considerar as diretrizes viárias nos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos regulamentadas em legislação municipal	Macrozonas Urbanas	Diretrizes viárias consideradas	R\$ 0,00	Imediato	Número de projetos que consideram as diretrizes viárias / total de projetos	Recursos próprios
Sistema de Transportes Coletivos	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 453 - Transportes Coletivos Urbanos	Fomentar a atratividade do uso do transporte coletivo de passageiros, a ser implementado quando da sua viabilidade, por intermédio de deslocamentos rápidos, seguros, confortáveis e custos compatíveis	9. Articular junto aos municípios limítrofes uma oferta maior de transporte público intermunicipal	Todo o município	Transporte público intermunicipal ampliado	R\$ 360.000,00	Médio	Número de itinerários transporte intermunicipal/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE; SEIL)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 453 - Transportes Coletivos Urbanos		10. Elaborar estudo de viabilidade técnica-financeira para implantação de sistema de transporte público coletivo para atendimento da área urbana e rural	Todo o município	Estudo realizado	R\$ 60.000,00	Curto	% do Estudo realizado	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE; SEIL)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 453 - Transportes Coletivos Urbanos		11. Fomentar a possibilidade da participação da iniciativa privada na operação e implantação de infraestrutura do sistema, sob a forma de investimento, concessão de serviço público, autorização ou obra	Todo o município	Articulação com a iniciativa privada	R\$ 0,00	Longo	Número de iniciativas privadas atuantes	Recursos próprios; setor privado
Transporte escolar	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 453 - Transportes Coletivos Urbanos	Garantir o atendimento por transporte escolar às localidades rurais, Vila rural e distritos	12. Realizar a manutenção e renovação periódica da frota de veículos do transporte escolar	Todo o município	Frota de veículos renovada e manutenções realizadas anualmente	R\$ 965.000,00	Curto	% da frota de veículos renovada e número de manutenções realizadas/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE; SEIL)
Deslocamento individual	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 -	Priorizar o transporte individual através da melhoria na	13. Realizar manutenção periódica das calçadas (sede, vila rural e distritos)	Todo o município	Calçadas adequadas na sede, vila rural e distritos	R\$ 325.000,00	Médio	Número de manutenções realizadas/ano; Extensão de vias	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	Serviços Públicos		Infraestrutura urbana	infraestrutura urbana (calçadas e ciclovias/ciclofaixas)						sem calçadas ou em mau estado de conservação/ano	
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		14. Promover a adequação da acessibilidade para portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida nas áreas urbanas	Macrozonas Urbanas	Acessibilidade garantida nas áreas urbanas	R\$ 435.000,00	Curto	Calçadas com acessibilidade/ano; Número de edificações públicas com acessibilidade em relação ao total de edificações públicas/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		15. Criar e implantar projeto de padronização de calçadas, nas vias urbanas	Macrozonas Urbanas	100% das calçadas padronizadas nas áreas urbanas	R\$ 50.000,00	Curto	Projeto de padronização das calçadas elaborado; % das calçadas padronizadas / total de calçadas	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		16. Promover a revitalização das calçadas na sede urbana e distritos conforme diretrizes do plano diretor e legislação correlata (lei do sistema viário básico)	Macrozonas Urbanas	100% das calçadas revitalizadas conforme diretrizes do PDM	R\$ 855.000,00	Médio	% das calçadas revitalizadas / total de calçadas	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		17. Elaborar e implantar um plano cicloviário	Macrozonas Urbanas	Plano elaborado e implementado	R\$ 0,00	Longo	% do Plano elaborado e % do Plano implementado	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
Deslocamento de cargas e serviços	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	26 - Transporte, 782 - Transporte rodoviário	Melhorar infraestrutura de transporte de cargas	18. Elaborar estudo de viabilidade para implantação de um contorno rodoviário (PR 082)	Sede Urbana	Estudo elaborado e contorno rodoviário implantado	R\$ 0,00	Longo	% do Estudo elaborado e % do contorno implantado	Recursos próprios; Governo Estadual (SEIL; SEDU PARANACIDADE)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	26 - Transporte, 782 - Transporte rodoviário		19. Definir as principais rotas, os padrões de veículos e os pontos de carga e descarga a serem utilizados no abastecimento e na distribuição de bens dentro do Município	Todo o município	Rotas, os padrões e pontos de carga e descarga definidos	R\$ 0,00	Curto	Rotas, os padrões e pontos de carga e descarga definidos	Recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis;	26 - Transporte, 782 - Transporte rodoviário		20. Realizar estudos de fluxos viários para desviar a rodovia e tráfego de caminhões do centro da sede urbana, seguindo diretrizes do Plano Diretor	Sede Urbana	Estudo elaborado e implementado	R\$ 0,00	Longo	% do Estudo elaborado e implantado	Recursos próprios
CUSTO TOTAL								R\$ 6.845.000,00			

Nota:

	Ação contínua
--	---------------



2.4 Eixo 4 – Promoção da Qualidade de Vida

Quadro 5: Eixo 4 – Promoção da Qualidade de Vida

TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Abastecimento de água	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano	Garantir o uso racional de água através da conscientização da população	1. Promover campanhas para conscientizar a população quanto ao uso racional da água	Todo o município	Uso racional da utilização da água no município	R\$ 50.000,00	Imediato	Número de campanhas realizadas/ ano	Recursos próprios; instituições de ensino; SANEPAR; sociedade civil organizada
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos; SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano	Promover a universalização do acesso à água potável em todo o território municipal	2. Realizar estudo de viabilidade e aprimorar o abastecimento de água nos distritos e comunidades rurais	Distritos e comunidades rurais	Aprimoramento do abastecimento de água nos distritos e comunidades rurais	R\$ 325.000,00	Curto	Número de comunidades rurais e distritos com sistema de abastecimento de água adequado/ano	Recursos próprios; Sanepar
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos; SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano	Garantir o cumprimento da implementação do PMSB	3. Implementar as ações do PMSB	Todo o município	Ações implementadas	Conforme o PMSB	conforme PMSB	Número de ações do PMSB implementadas	Recursos próprios; conforme PMSB
Coleta e tratamento de esgoto sanitário	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano	Garantir mecanismos de esgotamento sanitário ambientalmente adequados a toda a população	4. Viabilizar junto à Companhia de Saneamento do Paraná a implementação de sistema de esgoto sanitário na sede urbana	Sede Urbana	Sistema de esgoto sanitário na sede urbana implementado	R\$ 4.000.000,00	Curto	% do sistema de esgoto sanitário na sede implementado/ano	Recursos próprios; Sanepar; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		5. Promover a substituição de fossas rudimentares para fossas sépticas onde não for possível alcançar a rede de esgotamento sanitário	Todo o município	100% das fossas substituídas	R\$ 325.000,00	Curto	% de fossas substituídas/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		6. Promover serviços de limpeza de fossas pela administração municipal para famílias de baixa renda	Todo o município	Serviços realizado para famílias de baixa renda	R\$ 85.000,00	Curto	% de famílias beneficiadas pelo serviço/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		7. Promover a ampliação do sistema de drenagem urbana na Sede e distritos	Macrozonas Urbanas	Sistema de drenagem urbana ampliado	R\$ 1.450.000,00	Médio	Quantidade em km do sistema de drenagem urbana ampliado / total da área urbana	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
Drenagem urbana	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano	Promover o manejo sustentável das águas pluviais, garantindo a manutenção e melhoria do sistema de Macrodrenagem e Micro drenagem urbana	8. Elaborar e implementar Plano de Drenagem Urbana	Sede Urbana	Plano de Drenagem urbana elaborado e implementado	R\$ 100.000,00	Curto	% do Plano elaborado e % do Plano implementado/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		9. Executar a manutenção do sistema de micro drenagem (bocas-de-lobo) periodicamente	Sede Urbana	Manutenção constante do sistema de micro drenagem urbana	R\$ 120.000,00	Curto	% do sistema de micro drenagem com manutenção/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; O 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		10. Implementar as ações do PMSB quanto aos resíduos sólidos	Macrozonas urbanas	Ações implementadas	Conforme o PMSB	Conforme o PMSB	Número de ações implementadas conforme plano	Recursos próprios; conforme o PMSB
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos; SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		11. Realizar avaliações constantes do sistema de coleta de resíduos sólidos para sua efetiva operacionalização e aprimoramento	Todo o município	Avaliações realizadas semestralmente	R\$ 0,00	Curto	Número de avaliações realizadas semestralmente	Recursos próprios
Resíduos sólidos	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano	Promover o aperfeiçoamento no sistema de coleta de resíduos sólidos	12. Realizar manutenção periódica da frota de veículos e equipamentos da coleta de resíduos sólidos	Todo o município	Frota adequada para a coleta de resíduos sólidos no município	R\$ 490.000,00	Imediato	Número caminhões revisados/ano; Número de veículos adquiridos	Recursos próprios; Governo Estadual (SEMA); Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente)
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		13. Instalar lixeiras para coleta seletivas nas principais ruas, avenidas e prédios públicos	Sede Urbana	Sede urbana dotada de infraestrutura de coleta de resíduos	R\$ 10.000,00	Curto	Número de lixeiras instaladas; % de vias com lixeiras instaladas na sede urbana/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEMA); Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente)



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		14. Promover cursos e palestras aos catadores de resíduos sobre o adequado manejo dos mesmos	Todo o município	Manejo adequado dos resíduos sólidos em todo o município	R\$ 60.000,00	Imediato	Número de cursos e palestras realizados/ano; Número de catadores capacitados/ano	Recursos próprios; Instituições de ensino; Sociedade Civil Organizada; Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente)
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		15. Promover a organização dos catadores de materiais recicláveis por meio de associação/cooperativa com vistas a promover maior inclusão social	Todo o município	Associação/cooperativa de catadores criada	R\$ 350.000,00	Curto	Associação/cooperativa de catadores criada	Recursos próprios; Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente)
	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano	Garantir o manejo e destinação correta dos resíduos sólidos recicláveis gerados no município	16. Realizar ações/campanhas de conscientização da população quanto à separação dos resíduos recicláveis e a redução de sua geração	Todo o município	População consciente quanto ao manejo dos resíduos recicláveis	R\$ 40.000,00	Imediato	Número de campanhas de conscientização realizadas/ano	Recursos próprios; sociedade civil organizada; instituições de ensino; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional) Ministério do Meio Ambiente)
	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		17. Dar continuidade às ações de limpeza pública no município	Todo o município	Limpeza pública em 100% do território	R\$ 450.000,00	Imediato	% do município com limpeza pública/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente)
	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		Garantir a limpeza pública no município	18. Realizar o planejamento da varrição dos logradouros públicos e divulgá-lo no portal de Douradina para conhecimento da população	Sede Urbana	Planejamento realizado e divulgado	R\$ 0,00	Imediato	Planejamento realizado e divulgado/ano
Rede elétrica e iluminação pública	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana	Promover o aprimoramento do Sistema de Energia Elétrica e	19. Realizar a substituição das lâmpadas de vapor sódio por LED, especialmente na sede urbana e distritos	Sede Urbana	80% das lâmpadas substituídas nos próximos 2 anos	R\$ 900.000,00	Imediato	% de lâmpadas substituídas/ano	Recursos próprios; COPEL; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana	Iluminação Pública	20. Realizar o rebaixamento de iluminação nas vias públicas da sede	Sede Urbana	80% do rebaixamento de iluminação realizado	R\$ 400.000,00	Curto	% de vias com rebaixamento de iluminação realizado	Recursos próprios; COPEL
	SEF - Secretaria Municipal de Finanças	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	25 - Energia, 752 - Energia elétrica		21. Conceder benefícios fiscais para instalação e utilização de fontes alternativas de energia elétrica como energia solar ou eólica em residências, comércios e indústrias	Todo o município	Benefícios fiscais concedidos	R\$ 0,00	Imediato	Número de benefícios fiscais concedidos /ano; Número de beneficiários /ano	Recursos próprios; COPEL
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	25 - Energia, 752 - Energia elétrica		22. Realizar a ampliação da rede elétrica nas áreas desassistidas na sede urbana, distritos e comunidades rurais	Todo o município	Rede elétrica ampliada	R\$ 690.000,00	Imediato	Extensão da rede elétrica ampliada / ano	Recursos próprios; COPEL
Pavimentação	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana	Promover a pavimentação da malha viária no município	23. Executar a ampliação da pavimentação de vias na sede, distritos e estradas rurais de maior fluxo	Todo o município	conforme EIXO 3	custo considerado no EIXO 3			
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura urbana		24. Realizar a pavimentação da Estrada Jardim do Ivaí (sede/distrito)	Macrozona Urbana: Distrito Jardim do Ivaí	conforme EIXO 3	custo considerado no EIXO 3			
Arborização	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	18 - Gestão ambiental, 541 - Preservação e Conservação Ambiental	Implementar arborização urbana de forma adequada, promovendo conforto térmico e acústico	25. Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana	Sede Urbana	Plano de Arborização Urbana implementado	R\$ 95.000,00	Imediato	% do Plano elaborado e % do Plano implementado	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente)
	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	18 - Gestão ambiental, 541 - Preservação e Conservação Ambiental		26. Realizar constantes vistorias e manutenção das árvores de forma a identificar problemas fitossanitários e estruturais, para tratá-los antecipadamente, substituindo as árvores senescentes	Sede Urbana	Manutenção constante em 100% da sede urbana	R\$ 60.000,00	Imediato	Número de vistorias e manutenção realizadas/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
Comunicação	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	24 - Comunicações; 722 - Telecomunicações	Garantir o acesso à comunicação e informação para toda a população do município	27. Pleitear junto aos órgãos competentes e às empresas de telefonia/internet/rádio a ampliação na abrangência	Todo o município	Ampliação/melhorias nos sistemas realizadas	R\$ 0,00	Médio	Aumento do raio de abrangência em km2 / total da área municipal	Recursos próprios; Empresas de telefonia móvel; rádios difusoras de comunicação; ANATEL



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
					e/ou melhorias nos sistemas						
Serviço funerário	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano	Garantir o pleno funcionamento do serviço funerário	29. Promover a ampliação do cemitério municipal	Todo o município	Cemitério municipal ampliado	R\$ 650.000,00	Imediato	Cemitério ampliado	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)
	SEAMA — Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	11 - Cidades e comunidades sustentáveis	17 - Saneamento, 512 - Saneamento Básico Urbano		30. Promover a revitalização do cemitério municipal	Todo o município	Cemitério municipal revitalizado	R\$ 120.000,00	Imediato	% das obras de revitalização realizada	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)
Educação	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 – Educação, 365 – Educação Infantil	Garantir a oferta de vagas para o ensino infantil, de modo a superar o déficit educacional	31. Assegurar a conclusão das obras de ampliação do CMEI Campodoro, visando a diminuição de crianças na fila de espera de vagas	Sede urbana	100% das crianças na fila de espera do CMEI Campodoro atendidas	R\$ 300.000,00	Imediato	% das obras concluídas; Número de crianças na fila de espera de vagas comparado aos números atuais	Governo Estadual (SEED); FUNDEPAR; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 – Educação, 365 – Educação Infantil		32. Avaliar a necessidade e buscar recursos para a implantação de novas unidades/oferta de educação infantil, inclusive nas áreas onde não há abrangência dos equipamentos existentes	Todo o município	100% das famílias abrangidas pela oferta de educação infantil	R\$ 0,00	Curto	Déficit de crianças fora das escolas comparado ao déficit atual	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEED; Conselho Estadual de Educação - CEE); FUNDEPAR; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	12 - Educação, 361 - Ensino Fundamental; 362 - Ensino médio; 365 - Educação de Jovens e Adultos; 367 - Educação especial; 368 - Educação Básica; 15 – Urbanismo, 452 – Serviços Urbanos	Garantir o acesso universal à educação para habitantes de localidades além da sede urbana	33. Avaliar a necessidade da implantação de equipamentos de educação e/ou transporte escolar nas localidades além da sede urbana, e implementá-los se for o caso	Localidades Jardim do Ivaí e Vila Formosa, sede urbana	100% das famílias residentes em localidades além da sede urbana atendidas por equipamentos de educação básica	R\$ 430.000,00	Curto	Número de equipamentos adquiridos/ano; Número de veículos para a frota de transporte escolar adquirido/ano	Governo Estadual (SEED; Conselho Estadual de Educação - CEE); FUNDEPAR; recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 361 - Ensino Fundamental; 362 - Ensino médio; 365 - Educação infantil; 366 - Educação de Jovens e Adultos; 367 - Educação especial; 368 - Educação Básica;	Assegurar a contínua oferta de educação pública de qualidade, acessível e inclusiva	34. Certificar que os índices educacionais do Município estejam na meta ou a supere	Todo o município	índices educacionais batendo metas ou as superando	R\$ 0,00	Imediato	IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)	recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 366 - Educação de Jovens e Adultos; 367 - Educação especial;		35. Assegurar a continuidade e manutenção das modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e oferta de Atendimento Educacional Especializado, inclusive provendo oferta de profissionais da educação compatíveis com a demanda	Todo o município	Continuidade efetiva das modalidades de ensino EJA e Atendimento Educacional Especializado	R\$ 221.000,00	Curto	Número de vagas ofertadas pelo EJA / ano comparado aos números atuais; número de profissionais dedicados ao EJA / ano comparado aos números atuais	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEED; Conselho Estadual de Educação - CEE); FUNDEPAR; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 361 - Ensino Fundamental; 362 - Ensino médio; 365 - Educação infantil; 366 - Educação de Jovens e Adultos; 367 - Educação especial; 368 - Educação Básica;		36. Promover a capacitação periódica de docentes da rede pública municipal de ensino	Todo o município	Realizar ao menos 2 cursos de capacitação de docentes ao ano	R\$ 135.000,00	Imediato	Número de cursos de capacitação realizados /ano em comparação aos números atuais	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEED; FUNDEPAR); recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 362 - Ensino médio		37. Realizar avaliação do motivo da taxa de abandono e de reprovação do Ensino Médio municipal elevadas no município e realizar ações para revertê-la	Todo o município	Diminuição da taxa de abandono e reprovação do Ensino Médio	R\$ 0,00	Curto	Taxa de abandono e reprovação do Ensino Médio / ano comparada a taxa atual; número de ações/iniciativas relativas realizadas / ano	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEED; Conselho Estadual de Educação - CEE); FUNDEPAR; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 361 - Ensino Fundamental; 362 - Ensino médio; 365 - Educação infantil; 366 - Educação de Jovens e Adultos; 367 -		Garantir o ensino de qualidade, provendo aos equipamentos de ensino investimentos nas estruturas físicas,	38. Obter recursos financeiros e realizar as reformas no refeitório, cozinha, pátio e estacionamento do Colégio Estadual Cívico Militar do Município	Sede urbana	Realização das reformas necessárias no Colégio Estadual Cívico Militar	R\$ 172.500,00	Curto	Recursos (em reais) destinados às reformas; porcentagem do andamento das reformas



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
			Educação especial; 368 - Educação Básica	qualificação dos profissionais da educação e investimentos em equipamentos adequados							
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 361 - Ensino Fundamental; 362 - Ensino médio; 365 - Educação infantil; 366 - Educação de Jovens e Adultos; 367 - Educação especial; 368 - Educação Básica		39. Obter recursos financeiros e realizar a ampliação de espaços existentes e construção de quadra coberta e solário na Escola Rural Municipal Vila Formosa	Localidade de Vila Formosa	Realização das obras necessárias na Escola Rural Municipal Vila Formosa	R\$ 165.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados às obras; finalização das obras; porcentagem do andamento das obras; término das obras	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEED); FUNDEPAR; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 361 - Ensino Fundamental; 362 - Ensino médio; 365 - Educação infantil; 366 - Educação de Jovens e Adultos; 367 - Educação especial; 368 - Educação Básica		40. Obter recursos financeiros e realizar a reforma de espaços existentes e a ampliação/construção de salas de aula e refeitório da Escola Municipal Drummond de Andrade	Sede urbana	Realização das obras necessárias na Escola Municipal Drummond de Andrade	R\$ 175.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados às obras; porcentagem do andamento das obras; término das obras	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEED); FUNDEPAR; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 363 - Ensino profissional, 364 - Ensino superior	Promover a oferta da modalidade de ensino superior e técnico no Município	41. Buscar parcerias com instituições de ensino, visando suprir a demanda de ensino superior e técnico no Município	Todo o município	Firmar o vínculo com ao menos uma parceria educacional ao ano	R\$ 0,00	Médio	Número de parcerias firmadas / ano; número de cursos das modalidades superior e técnico existentes em comparação aos números atuais	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEED); FUNDEPAR; AMERIOS-PR; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 363 - Ensino profissional		42. Promover cursos técnicos e profissionalizantes voltados à vocação do Município	Todo o município	Realização da oferta de ao menos 2 cursos técnicos profissionalizantes	R\$ 1.148.000,00	Curto	Número de cursos técnicos e profissionalizantes existentes em comparação aos números atuais; número de profissionais capacitados / formados pelo Município em comparação aos números atuais	Governo Federal (MEC); Governo Estadual (SEED); FUNDEPAR; recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Saúde	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica	Assegurar a contínua oferta e qualidade dos serviços públicos de saúde municipal, provendo investimentos nas estruturas físicas, profissionais especializados e em equipamentos adequados	43. Realizar a contratação de profissionais especializados e manutenção dos serviços da Clínica Odontológica Pública	Sede urbana	Garantia do pleno funcionamento da Clínica Odontológica Pública	R\$ 1.025.000,00	Curto	Número de profissionais contratados na Clínica Odontológica Pública em comparação aos números atuais; recursos (em reais) destinados à manutenção da Clínica Odontológica Pública em comparação aos repasses atuais/ano	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica		44. Obter recursos e realizar reforma no Posto de Saúde no Distrito de Jardim do Ivaí	Localidade de Jardim do Ivaí	Realização de reformas necessárias no Posto de Saúde do Distrito de Jardim do Ivaí	R\$ 285.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados às reformas; porcentagem do andamento das reformas	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica, 302 - Assistência hospital e ambulatorial		45. Obter recursos financeiros e realizar manutenção e reformas nos equipamentos de saúde dos distritos do Município	Localidades Jardim do Ivaí e Vila Formosa	Realização de reformas e manutenção necessárias nos equipamentos de saúde dos distritos do Município	R\$ 1.950.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados às reformas; porcentagem do andamento das reformas	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica		46. Realizar obras de ampliação da unidade de saúde Carlos Torisco	Sede urbana	Realização das obras da unidade de saúde Carlos Torisco	R\$ 680.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados às reformas; porcentagem do andamento das reformas	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica		47. Realizar a manutenção e garantir a continuidade dos serviços de Pronto Atendimento no Município	Todo o município	Garantia do pleno funcionamento do Pronto Atendimento do Município	R\$ 10.000.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados à manutenção dos serviços do Pronto Atendimento do Município/ano	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica, 302 - Assistência hospital e ambulatorial		48. Promover a ampliação da infraestrutura física e operacional do Centro de Saúde Hélio Corsini	Sede urbana	Garantia do pleno funcionamento do Centro de Saúde Hélio Corsini	R\$ 1.050.000,00	Curto	% da ampliação prevista realizada/no; montante dispendido para manutenção operacional da unidade/ano	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica		49. Assegurar recursos financeiros para deslocamento de	Todo o município	Garantia do deslocamento de pacientes a	R\$ 400.000,00	Imediato	Número de veículos em funcionamento destinados ao	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
					pacientes a outros municípios		outros municípios conforme demanda			deslocamento dos pacientes; Montante (em reais) destinados ao deslocamento de pacientes/ano	Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica; 08 - Assistência Social, 242 - Assistência ao Portador de Deficiência		50. Assegurar a acessibilidade dos veículos de transportes de pacientes, especialmente para PCDs	Todo o município	100% dos veículos de transporte de pacientes equipados adequadamente e para PCDs	R\$ 50.000,00	Imediato	Número de veículos equipados para PCDs em comparação aos números atuais	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica, 302 - Assistência hospital e ambulatorial		50. Assegurar a continuidade de investimentos nas estruturas físicas dos equipamentos de saúde municipais	Todo o município	Atendimento na área da saúde eficaz e universal para toda a população	R\$ 2.500.000,00	Imediato	Recursos (em reais) investidos nas estruturas físicas dos equipamentos de saúde em comparação aos números atuais	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	11 - Saúde, 301 - Atenção Básica, 302 - Assistência hospital e ambulatorial		51. Realizar estudos e implantar uma nova UBS, especialmente em áreas não abrangidas pelos equipamentos de saúde existentes	Todo o município	Realização do estudo e implantação de uma nova UBS para áreas não abrangidas pelos equipamentos de saúde	R\$ 1.350.000,00	Médio	Estudo realizado; % das obras realizadas; montante (em reais) relacionado à operacionalização da unidade/ano	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	12 - Saúde, 301 - Atenção Básica, 302 - Assistência hospital e ambulatorial		52. Implantar serviços de reabilitação junto às UBS	Todo o município	100% das UBS oferecendo serviços de reabilitação aos pacientes	R\$ 1.000.000,00	Curto	Serviços de reabilitação de pacientes implantados; número de pacientes atendidos pelos serviços de reabilitação / ano	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica; 12 - Educação, 363 - Ensino profissional		53. Firmar parcerias com órgãos estaduais/federais e terceiros para promover a capacitação dos profissionais de saúde	Todo o município	Manter 100% dos funcionários da rede de saúde municipal efetivamente capacitados	R\$ 165.000,00	Curto	Número de cursos de capacitação realizados /ano; recursos (em reais) destinados aos cursos de capacitação dos profissionais da saúde / ano; Número de parcerias firmadas/ano	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo Estadual (SESA); Instituições de ensino; recursos próprios
	SES - Secretaria Municipal de Saúde	03 - Saúde e Bem-Estar	10 - Saúde, 301 - Atenção Básica, 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		54. Garantir a continuidade e manutenção dos serviços do Programa Saúde da	Todo o município	Continuidade e efetividade do Programa Saúde da	R\$ 1.290.000,00	Imediato	Recursos (em reais) destinados aos programas Saúde da Família e programas	Governo Federal (Ministério da Saúde); Governo



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
					Família e programas preventivos tais como campanhas de vacinação e Estratégia Saúde da Família		Família e campanhas preventivas			preventivos /ano; quantidade de programas preventivos existentes e/ou ativos / ano	Estadual (SESA); recursos próprios
Assistência Social	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	01 - Erradicação da Pobreza; Objetivo 10 -Redução das desigualdades	08 – Assistência Social, 244 Assistência Comunitária	Garantir a oferta dos serviços e programas de assistência social de qualidade, de modo que os direitos básicos humanos sejam assegurados	55. Apoiar associações relativas à assistência social no Município, tais como a APAE	Todo o município	Continuidade de oferta dos serviços de assistência social no Município	R\$ 620.000,00	Imediato	Recursos (em reais) destinados aos serviços de assistência social/ano; quantidade de programas de assistência social existentes e/ou ativos / ano	Governo Estadual (SEJUF); sociedade civil organizada; recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	01 - Erradicação da Pobreza; Objetivo 10 -Redução das desigualdades	08 – Assistência Social, 244 Assistência Comunitária		56. Promover a qualificação dos profissionais e aprimoramento dos serviços de assistência social do Município através de cursos, palestras, seminários de capacitação	Todo o município	Realizar ao menos 2 eventos de qualificação dos profissionais da área de assistência social ao ano	R\$ 75.000,00	Curto	Número de cursos, palestras e seminários de capacitação realizados / ano; número de participantes dos eventos de capacitação	Governo Estadual (SEJUF); recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	01 - Erradicação da Pobreza; Objetivo 10 -Redução das desigualdades	08 – Assistência Social, 244 Assistência Comunitária		57. Prover investimentos nos equipamentos de assistência social existentes	Todo o município	Contínua oferta dos serviços de assistência social no Município	R\$ 935.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados aos equipamentos de assistência social /ano; quantidade de programas de assistência social existentes e/ou ativos / ano	Governo Estadual (SEJUF); recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	08 – Assistência Social, 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente		58. Captar recursos para a execução do projeto e obras da nova sede do Conselho Tutelar	Sede urbana	Construção da nova sede do Conselho Tutelar	R\$ 650.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados às obras; porcentagem do andamento das obras	Governo Estadual (SEJUF); recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	08 – Assistência Social, 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente		59. Captar recursos para a execução do projeto e obras da nova sede do Serviço de Convivência da Criança e Adolescente	Sede urbana	Construção da nova sede do Serviço de Convivência da Criança e Adolescente	R\$ 530.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados aos projetos e obras; porcentagem do andamento das obras; término das obras	Governo Estadual (SEJUF); recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	01 - Erradicação da Pobreza; Objetivo 10 -Redução das desigualdades	08 – Assistência Social, 244 Assistência Comunitária		Promover a assistência social no município, garantindo que	58. Garantir o efetivo término das obras da nova sede do CRAS no Município	Sede urbana	100% da obra da nova sede do CRAS realizada	R\$ 250.000,00	Imediato	% do andamento das obras



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	01 - Erradicação da Pobreza; Objetivo 10 - Redução das desigualdades	08 – Assistência Social, 244 Assistência Comunitária	os serviços possuam estruturas e equipamentos adequados e profissionais qualificados	59. Assegurar a abrangência dos serviços de assistência social em localidades além da sede urbana	Todo o município	Atendimento dos serviços de assistência social para todo o Município	R\$ 325.000,00	Imediato	Número de pessoas atendidas pelos serviços de assistência social nas localidades /ano	Governo Estadual (SEJUF); ONGs; sociedade civil organizada; recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	01 - Erradicação da Pobreza; Objetivo 10 - Redução das desigualdades	08 – Assistência Social, 244 Assistência Comunitária		60. Assegurar a contínua oferta qualificada dos serviços do CRAS, Casa Lar e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças, Adolescentes e Idosos	Todo o município	Oferta contínua e efetiva dos serviços do CRAS, Casa Lar e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças, Adolescentes e Idosos	R\$ 1.546.000,00	Imediato	Recursos (em reais) destinados aos serviços / ano em comparação aos números atuais	Governo Estadual (SEJUF); recursos próprios
Segurança Pública	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	06 - Segurança Pública, 181 Policiamento	Promover a Segurança Pública Municipal	61. Reforçar ações de prevenção ao uso de entorpecentes, segurança no trânsito, atenção especial à vítimas de violência doméstica, entre outras	Todo o município	Realizar ao menos uma ação por mês relativa a segurança pública municipal	R\$ 25.000,00	Imediato	Número de ações realizadas / mês; índices de ocorrências relacionadas ao uso de entorpecentes / ano; número de acidentes no trânsito / ano número de vítimas de violência doméstica / ano	Governo Estadual (SESP); recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	06 - Segurança Pública, 181 Policiamento, 183 - Informação e Inteligência		62. Promover a qualidade do serviço de Segurança Pública Municipal, realizando investimentos em qualificação dos profissionais e aquisição de equipamentos adequados	Todo o município	Garantia da oferta de Serviços Públicos de Segurança de qualidade	R\$ 395.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados à Segurança Pública Municipal/ano; número de cursos de capacitação dos profissionais realizados / ano; quantidade de novos equipamentos adquiridos / ano	Governo Estadual (SESP); recursos próprios
Cultura, Esporte, Lazer	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer	Oferecer espaços públicos culturais, de lazer e desportivos com qualidade e	63. Realizar a solicitação de auxílio financeiro ao governo do Estado para conclusão das reformas dos equipamentos públicos que estão em andamento	Todo o município	Conclusão das obras/reformas dos equipamentos públicos culturais e desportivos	R\$ 0,00	Curto	Recursos (em reais) destinados à conclusão das obras/reformas dos equipamentos públicos culturais e desportivos	Governo Estadual (SEDU); AMERIOS; iniciativa privada; recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer; 13 - Cultura - 392 - Difusão cultural	acessibilidade à todos	64. Realizar melhorias e ampliações necessárias para garantir a qualidade da estrutura para os eventos desportivos e culturais	Todo o município	Aprimoramentos das estruturas dos eventos desportivos e culturais	R\$ 355.000,00	Médio	Recursos (em reais) destinados ao aprimoramento das estruturas dos eventos desportivos e culturais /ano	Governo Estadual (SEDU; SEED); AMERIOS; recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer		65. Buscar incentivos financeiros e realizar a implantação de novos equipamentos culturais e recreativos na sede urbana, vila rural, e especialmente, nos distritos do Município	Todo o município	Implantação de novos equipamentos culturais e recreativos no Município	R\$ 1.055.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados à implantação de novos equipamentos culturais e recreativos/ano; quantidade de novos equipamentos culturais e recreativos por localidade	Governo Estadual (SEDU); AMERIOS; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer; 13 - Cultura - 392 - Difusão cultural	Promover a realização de festividades típicas e eventos desportivos do Município	66. Promover e fortalecer os eventos desportivos e festividades tradicionais no município	Todo o município	Realização e patrocínio dos eventos tradicionais do Município	R\$ 730.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados ao patrocínio de eventos tradicionais/ano; número de eventos tradicionais realizados / ano	Governo Estadual (SEDU; SEED); AMERIOS; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	03 - Saúde e Bem-Estar	13 - Cultura, 391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, 392 - Difusão cultural		67. Realizar pesquisas com a população afim de resgatar e valorizar a identidade cultural do Município	Todo o município	Resgate e valorização da identidade cultural do Município	R\$ 0,00	Curto	Número de pesquisas realizadas ; número de pessoas alcançadas pelas pesquisas	recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer		68. Buscar recursos e promover reforma da cobertura da quadra de esportes	Sede urbana	Reforma da quadra de esportes	R\$ 85.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados à reforma da quadra de esportes; finalização da reforma da quadra de esportes	Governo Estadual (SEDU; SEED); recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer	Garantir o contínuo investimento no setor cultural, desportivo e de lazer	69. Buscar recursos e promover reforma da pista de caminhada	Sede urbana	Reforma da pista de caminhada	R\$ 520.000,00	Imediato	Recursos (em reais) destinados à reforma da pista de caminhada; porcentagem da extensão reformada da pista de caminhada	Governo Estadual (SEDU); recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer; 13 - Cultura - 392 - Difusão cultural		70. Possibilitar que as estruturas dos equipamentos desportivos possam sediar eventos culturais	Sede urbana	Eventos culturais sediados pelos próprios equipamentos municipais	R\$ 0,00	Curto	Número de eventos culturais sediados por equipamentos municipais / ano	recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer; 13 - Cultura - 392 - Difusão cultural		71. Incentivar à população infantil a prática de atividades esportivas e culturais através da realização e divulgação de eventos relacionados às práticas esportivas e culturais	Todo o município	Realizar a divulgação e efetivação de eventos relacionado à prática de esportes voltado ao público infantil	R\$ 55.000,00	Curto	Número de eventos realizados / mês; número de divulgações realizadas/ano	Governo Estadual (SEDU; SEED); ONGs; recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer; 13 - Cultura - 392 - Difusão cultural		72. Realizar estudos para a criação e implantação de equipamentos de lazer e culturais para todas as faixas etárias	Todo o município	Elaboração de projetos de equipamentos de lazer e culturais no Município	R\$ 0,00	Curto	Número de projetos de espaços de lazer e culturais no Município em comparação à quantidade atual	recursos próprios
	SECE - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	03 - Saúde e Bem-Estar; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer		73. Angariar recursos financeiros visando a implantação dos projetos de parques e bosques já existentes e/ou a serem projetados	Todo o município	Implantação de parques e bosques no Município	R\$ 400.000,00	Médio	Recursos financeiros (em reais) destinados à implantação de parques e bosques no Município; quantidade de parques e bosques existentes comparados com a quantidade atual	Governo Estadual (SEDU); AMERIOS; recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	03 - Saúde e Bem-Estar	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer		74. Aprimorar a estrutura disponível nos equipamentos direcionados aos idosos, bem como avaliar a necessidade da realocação do Centro do Idoso	Todo o município	Melhoria nos equipamentos públicos direcionados à idosos	R\$ 120.000,00	Curto	Recursos (em reais) destinados aos equipamentos/espacos destinados aos idosos / ano	recursos próprios
	SEVOSP - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	03 - Saúde e Bem-Estar; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer		75. Dotar o município de áreas verdes através da implantação de praças, parques e bosques na sede e distritos	Todo o município	Criação de praças, parques e bosques no Município	R\$ 300.000,00	Médio	Área (em metros quadrados) de áreas verdes (praças, parques e bosques) no Município; Número de novos equipamentos implantados	Governo Estadual (SEDU); recursos próprios; Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)
Regularidade Fundiária	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária	Promover a regularização fundiária de loteamentos irregulares	76. Assegurar a continuidade do processo de regularização fundiária dos distritos de Jardim do Ivaí e Vila Formosa	Localidades Jardim do Ivaí e Vila Formosa	Finalização do processo de regularização fundiária dos distritos de Jardim do Ivaí e Vila Formosa	R\$ 130.000,00	Imediato	% do andamento do processo de regularização fundiária dos distritos	Governo Federal (MDR); Governo Estadual (COHAPAR); recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária		77. Obter recursos financeiros com a finalidade de realizar a regularização fundiária de loteamentos irregulares e assentamentos precários	Todo o município	viabilizar a regularização fundiária de loteamentos irregulares no Município	R\$ 300.000,00	Curto	Quantidade/porcentagem de loteamentos regularizados em comparação a quantidade atual	Governo Federal (MDR); Governo Estadual (COHAPAR); recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária		78. Realizar a realocação das famílias com baixa renda que se encontram em APP	Todo o município	Realocar 100% das famílias que se encontram em área de APP	R\$ 450.000,00	Curto	Número de realocações realizadas / ano; porcentagem de famílias com baixa renda residentes em área de APP/ano	Governo Federal (MDR); Governo Estadual (COHAPAR); recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	04 – Administração, 125 – Normatização e Fiscalização, 127 – Ordenamento Territorial; 16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana		79. Conter a ocupação de áreas de preservação ambiental, realizando ações de fiscalização destas áreas periodicamente	Todo o município	Fiscalização da ocupação do solo em APP	R\$ 25.000,00	Imediato	Número de ações de fiscalização realizadas / semestre; número de novas ocupações identificadas em APP /ano	Governo Estadual (SEMA; SEDEST; IAT); Defesa Civil; recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	04 – Administração, 125 – Normatização e Fiscalização, 127 – Ordenamento Territorial; 16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana	Promover a regulamentação das ZEIS de diferentes modalidades	80. Regulamentar ZEIS de regularização fundiária em assentamentos precários e ocupações irregulares	Sede urbana	Regulamentação da ZEIS de regularização fundiária	R\$ 0,00	Curto	Porções do território demarcadas como ZEIS; Legislação municipal regulamentada	recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária		81. Promover ações de melhorias habitacionais de acordo com o planejamento delineado no PLHIS	Todo o município	Implementação de melhorias habitacionais	Conforme o PLHIS	Conforme o PLHIS	% da implementação de melhorias habitacionais (de acordo com o planejamento do PLHIS); recursos (em reais) investidos em melhorias habitacionais / ano	Conforme o PLHIS; recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária		82. Regularizar ZEIS voltadas à produção habitacional de interesse social	Sede urbana	Regulamentação da ZEIS de produção habitacional de interesse social	R\$ 0,00	Curto	Porções do território demarcada como ZEIS; Legislação regulamentada	recursos próprios
Necessidades habitacionais	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária		83. Estimular o uso habitacional de imóveis que não estão cumprindo sua função social para famílias de baixa renda	Todo o município	Promoção da função social da propriedade através da moradia em imóveis subutilizados	R\$ 0,00	Curto	Uso de moradia subutilizada/ano	Governo Federal (MDR); Governo Estadual (COHAPAR); recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária	Garantir o direito à moradia digna, proporcionando a abrangência das qualidades urbanísticas para as demais localidades além da Sede Urbana	84. Estimular o uso de instrumentos urbanísticos (Estatuto da Cidade) a fim de contribuir com a política habitacional do Município	Todo o município	Regulamentação dos instrumentos urbanísticos	R\$ 0,00	Imediato	Instrumentos urbanísticos implementados	recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária	Garantir a continuidade dos programas e iniciativas de produção de Habitação de Interesse Social	85. Implementar o PLHIS e promover sua revisão periódica	Todo o município	Implementação do PLHIS	R\$ 200.000,00	Revisão (curto); Implementação (conforme o PLHIS)	Revisão do PLHIS do município; porcentagem do plano implementado / ano; número de ações/metodologias contidas no plano realizadas/ano	Conforme o PLHIS; recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária		86. Garantir a contínua atualização de dados e mapeamentos contidos no PLHIS	Todo o município	PLHIS periodicamente atualizado	R\$ 0,00	Imediato	Atualização de indicadores/dados contidos no PLHIS / ano	Governo Federal (MDR); Governo Estadual (COHAPAR); recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária		87. Adquirir terreno para a produção habitacional de interesse social	Todo o município	Produção de habitação de interesse social a partir de terrenos adquiridos	R\$ 1.100.000,00	Médio	Número de lotes da prefeitura destinados à habitação de interesse social	Governo Federal (MDR); recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
Produção habitacional e programas em andamento	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	02 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	16 - Habitação, 482 - Habitação Urbana, 481 - Habitação Rural; 15 - Urbanismo, 451 - Infraestrutura Urbana; 08 - Assistência Social, 244 - Assistência Comunitária		88. Pleitear recursos junto às outras esferas federadas para a produção habitacional de interesse social	Todo o município	Captação de recursos para a produção habitacional de interesse social	R\$ 5.900.000,00	Imediato	Recursos (em reais) destinados à produção de habitação de interesse social/ano; déficit habitacional da população de baixa renda (faixa 01) / ano; número de unidades habitacionais produzidas para famílias de baixa renda/ano	Governo Federal (MDR); Governo Estadual (COHAPAR); recursos próprios	
								CUSTO TOTAL	R\$ 52.621.500,00			

Nota:

	Ação contínua
--	---------------

2.5 Eixo 5 – Estruturação do Setor Econômico

Quadro 6: Eixo 5 – Estruturação do Setor Econômico

TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Turismo	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 15 - Vida Terrestre	23 – Comércio e Serviços, 695 – Turismo; 15 – Urbanismo, 451 – Infraestrutura Urbana	Incentivar o ecoturismo/turismo de aventura, de modo que parte dos recursos arrecadados sejam direcionados ao manejo dos recursos hídricos e parques ecológicos	1. Impulsionar o turismo ambiental atrelado ao Rio Ivaí através da criação de parques, rotas e investimentos na infraestrutura turística local	Macrozona rural	Utilização do Rio Ivaí como impulsionador do turismo ambiental	R\$ 1.350.000,00	Médio	Número de parques e rotas turísticas envolvendo o Rio Ivaí criados; Recursos (em reais) destinados à infraestrutura do turismo ambiental / ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT; SEDEST); sociedade civil organizada; setor privado; recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	03 - Saúde e Bem-Estar; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 – Urbanismo, 451 – Infraestrutura Urbana; 27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer		2. Promover apoio ao Programa Pedala Paraná	Todo o município	Fortalecimento do Programa Pedala Paraná no município	R\$ 30.000,00	Médio	Recurso (em reais) destinado ao Programa Pedala Paraná / ano	Governo Estadual (Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST); recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	03 - Saúde e Bem-Estar; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	15 – Urbanismo, 451 – Infraestrutura Urbana; 27 - Desporto e lazer, 812 - Desporto comunitário, 813 - Lazer	Incentivar o turismo rural no Município, através de subsídios para as localidades que desejarem ofertar algum tipo de serviço relacionado ao turismo (chácaras de lazer, pesque-pague, restaurantes típicos, experiências rurais, entre outros)	3. Incentivar a criação de rotas de ciclismo, inclusive com estrutura adequada ao esporte (placas de sinalização, paradas em paisagens naturais/cachoeiras, entre outros)	Todo o município	Criação de ao menos uma rota de ciclismo infraestrutura da no município	R\$ 300.000,00	Curto	Número de rotas de ciclismo criadas / ano	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente); Governo Estadual (IAT; SEDEST); sociedade civil organizada; setor privado; recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	23 – Comércio e Serviços, 695 – Turismo; 4 - Administração, 130 - Administração de Concessões		4. Incentivar o turismo rural no Município, através de subsídios para as localidades que desejarem ofertar algum tipo de serviço relacionado ao turismo (chácaras de lazer, pesque-pague, restaurantes típicos, experiências rurais, entre outros)	Macrozona rural	Fortalecimento do turismo rural	R\$ 420.000,00	Curto	Número de estabelecimentos rurais que ofertam serviços de turismo em comparação aos números atuais	Governo Estadual (IAT; SEDEST; IDR-PR); recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	23 – Comércio e Serviços, 695 – Turismo; 27 - Desporto e lazer, 813 - Lazer; 13 - Cultura - 392 - Difusão cultural	Promover o desenvolvimento do setor turístico municipal	5. Realizar investimentos na infraestrutura relacionada às festas tradicionais regionais e do Município	Todo o município	Destinação de recursos para as festividades tradicionais	R\$ 450.000,00	Médio	Recursos (em reais) destinados às festividades tradicionais / ano; número de festas tradicionais realizadas / ano em comparação aos números atuais	Governo Estadual (SEDEST); Paraná Turismo; setor privado; recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	09 - Indústria, inovação e infraestrutura;	04 – Administração, 126 – Tecnologia da Informação, 131 – Comunicação Social		6. Intensificar o uso dos canais de comunicação existentes para divulgação dos atrativos turísticos, principalmente os meios digitais	Todo o município	Divulgação ativa e efetiva dos atrativos turísticos municipais	R\$ 0,00	Imediato	Número de postagens/publicações realizadas em mídias digitais/ano	Governo Estadual (SEDEST); Paraná Turismo; recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	23 - Comércio e Serviços, 695 - Turismo		7. Investir na infraestrutura do setor turístico municipal, garantindo incentivos de caráter facilitador à instalação e permanência de serviços tais como restaurantes, hotéis, pousadas, chácaras	Todo o município	Estabelecer ao menos um incentivo à instalação e permanência dos serviços relacionados ao turismo	R\$ 175.000,00	Médio	Número de hotéis, restaurantes, pousadas, chácaras instaladas no município em comparação aos números atuais; número de novos estabelecimentos do setor instalados no município / ano; porcentagem de crescimento do setor turístico no município	Governo Estadual (SEDEST); Paraná Turismo; setor privado; recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 09 - Indústria, inovação e infraestrutura; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	23 - Comércio e Serviços, 695 - Turismo		8. Realizar a construção do Portal Turístico do Município	Todo o município	Construção do Portal Turístico do Município	R\$ 140.000,00	Curto	% da construção do Portal Turístico do Município	Governo Estadual (SEDEST); Paraná Turismo; recursos próprios
Emprego e Renda	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 09 - Indústria, inovação e infraestrutura	04 – Administração, 130 – Administração de Concessões	Promover a oferta de empregos e renda, de modo a ser um dos instrumentos de melhoria de qualidade de vida da população no Município	9. Incentivar a instalação de novas empresas e estabelecimentos da indústria, comércio e serviços no Município, por meio de incentivos fiscais, concessão de uso	Todo o município	Estabelecer ao menos um incentivo à instalação de novas empresas, estabelecimentos da indústria, comércio e serviços	R\$ 0,00	Médio	Número de novas empresas e estabelecimentos da indústria, comércio e serviços em comparação ao número atual; porcentagem do crescimento do setor da indústria, comércio e serviços no município	Governo Estadual (SEDEST; SEAB; SETS); recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 04 - Educação de Qualidade	12 - Educação, 363 - Ensino profissional		10. Manter e fortalecer a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes voltados à qualificação empresarial e empreendedorismo em parceria com o SEBRAE	Todo o município	Manter ao menos dois cursos técnicos e profissionalizantes voltados à qualificação empresarial e empreendedorismo	R\$ 500.000,00	Curto	Número de cursos técnicos e profissionalizantes voltados a qualificação empresarial e empreendedorismo disponíveis no município em comparação ao número atual	Governo Estadual (SEDEST; SEAB; SETS); SEBRAE; AMERIOS; recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	04 - Educação de Qualidade; 17 - Parcerias e Meios de Implementação	12 - Educação, 363 - Ensino profissional; 19 - Ciência e Tecnologia, 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		11. Efetivar e fortalecer parcerias com instituições privadas e organizações governamentais a fim de prover a capacitação de mão de obra local qualificada	Todo o município	Firmar ao menos uma parceria ao ano com instituições privadas e/ou organizações governamentais	R\$ 0,00	Curto	Número de parcerias firmadas com instituições privadas e/ou organizações governamentais / ano	Governo Estadual (SEDEST; SEAB; SETS); IDR; AMERIOS; iniciativa privada; instituições de ensino locais; recursos próprios
Atividades Econômicas	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 09 - Indústria, inovação e infraestrutura	04 - Administração, 130 - Administração de Concessões	Dinamizar e diversificar a oferta de comércio e serviços local	12. Promover políticas públicas voltadas ao setor econômico, em forma de incentivos fiscais e legislativos	Todo o município	Garantir ao menos um incentivo voltado ao setor econômico regulamentado em lei	R\$ 0,00	Curto	Número de incentivos fiscais e legislativos disponibilizados / ano	recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 09 - Indústria, inovação e infraestrutura	04 - Administração, 123 - Administração de Receitas, 130 - Admissão de Concessões		13. Realizar ações de apoio ao comércio local	Todo o município	Realizar pelo menos 10 ações de apoio ao comércio local por ano	R\$ 185.000,00	Curto	Número de ações de apoio ao comércio local realizadas / ano; porcentagem de crescimento econômico do comércio local / ano	Governo Estadual (SEDEST; SEAB; SETS); AMERIOS; recursos próprios
	SETEP - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Promoção Social	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	23 - Comércio e Serviços, 691 - Promoção Comercial; 20 - Agricultura, 605 - Abastecimento		14. Incentivar a compra de produtos de comerciantes locais e a realização de feiras livres estratégicas	Todo o município	Realizar pelo menos duas feiras livres ao ano	R\$ 200.000,00	Curto	Número de feiras livres realizadas / ano; porcentagem de crescimento dos comerciantes locais / ano	Governo Estadual (SEDEST; SEAB; SETS); AMERIOS; sociedade civil organizada; associação de produtores locais; recursos próprios
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	20 - Agricultura, 601 - Promoção da Produção Vegetal	Promover o aperfeiçoamento do desenvolvimento agropecuário	15. Ofertar incentivos fiscais ao desenvolvimento da agricultura familiar	Todo o município	Garantir ao menos um incentivo voltado a agricultura familiar	R\$ 0,00	Curto	Número de incentivos fiscais disponibilizados / ano	recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	09 - Indústria, inovação e infraestrutura	23 – Comércio e Serviços, 691 – Promoção Comercial; 20 – Agricultura, 601 – Promoção da Produção Vegetal, 602 – Promoção da Produção Animal		16. Fortalecer parcerias com o setor privado para aquisição da produção do setor primário do município	Todo o município	Firmar pelo menos uma parceria ao ano com o setor privado para aquisição da produção do setor primário do município	R\$ 0,00	Curto	Número de parcerias firmadas com o setor privado / ano	recursos próprios	
	SEAMA - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 09 - Indústria, inovação e infraestrutura; 17 - Parcerias e Meios de Implementação	23 – Comércio e Serviços, 691 – Promoção Comercial		17. Estimular a criação de cooperativas e ações relativas a economia solidária	Todo o município	Fortalecimento do movimento de cooperativas e economia solidária no município	R\$ 90.000,00	Curto	Número de cooperativas existentes no município comparado com os números atuais; ações relativas a economia solidária realizadas / ano	Governo Estadual (SEDEST; SEAB; SETS); AMERIOS; sociedade civil organizada; instituições de ensino locais; associação de produtores locais	
								CUSTO TOTAL	R\$ 3.904.000,00			

Nota:

	Ação contínua
--	---------------



2.6 Eixo 6 – Sistema de Planejamento Municipal

Quadro 7: Eixo 6 – Sisetema de Planejamento Municipal

TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Finanças públicas	SEF - Secretaria Municipal de Finanças	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 129 - Administração de receitas	Promover a gestão sustentável do orçamento municipal	1. Realizar campanhas voltadas à diminuição da inadimplência municipal (IPTU, INSS, entre outros)	Macrozonas urbanas	Inadimplência municipal reduzida em 80%	R\$ 10.000,00	Imediato	% da inadimplência municipal reduzida/ano	Recursos próprios
	SEF - Secretaria Municipal de Finanças	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 129 - Administração de receitas		2. Revisar o código tributário municipal	Todo o município	Código tributário municipal revisado	R\$ 30.000,00	Curto	Código tributário municipal revisado	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
Estrutura Administrativa Municipal	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 128 - Formação de Recursos Humanos	Promover a adequação da legislação municipal que contempla a Estrutura Administrativa da Prefeitura de acordo com as necessidades do Município	3. Fortalecer a integração dos funcionários públicos municipais	Todo o município	Integração dos funcionários fortalecida	R\$ 0,00	Imediato	Número de ações/atividades de integração entre os funcionários realizada/ano	Recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 122- Administração geral		4. Atualizar o organograma da administração municipal, inclusive alterando-o sempre que necessário	Todo o município	Organograma da administração municipal atualizado no prazo estipulado	R\$ 0,00	Imediato	Organograma da administração municipal atualizado	Recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 122- Administração geral		5. Revisar atribuições adequadas às respectivas pastas administrativas	Todo o município	Atribuições das pastas administrativas revisadas	R\$ 0,00	Imediato	Número de pastas administrativas revisadas/número total necessária revisão	Recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	19 - Ciência e tecnologia, 573 - Difusão do conhecimento científico e tecnológico	Promover o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão municipal	6. Incentivar o uso de novas tecnologias e aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos técnicos para que se tornem mais eficientes e que acompanhem as necessidades sociais mutáveis	Todo o município	Novas tecnologias implementadas e aperfeiçoamento contínuo	R\$ 240.000,00	Imediato	Número de novas tecnologias implementadas/ano; Número de capacitações realizadas/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	19 - Ciência e tecnologia, 573 - Difusão do conhecimento científico e tecnológico		7. Promover a capacitação dos servidores municipais na operacionalização da base de dados em ambiente SIG - Sistema de Informação Geográfica	Todo o município	Servidores municipais capacitados	R\$ 150.000,00	Imediato	Número de servidores municipais capacitados em relação ao total alocada na pasta /ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 128 - Formação de Recursos Humanos		8. Promover a revisão do Plano de Cargo e Carreira da Estrutura Administrativa Municipal	Todo o município	Plano revisado conforme prazo estipulado	R\$ 0,00	Curto	Plano revisado	Recursos próprios
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 122- Administração geral		9. Adquirir veículos para a realização de atividades da administração municipal	Todo o município	Aquisição de veículos conforme necessidade	R\$ 1.600.000,00	Imediato	Número de veículos adquiridos conforme necessidade/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE); Governo Federal
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 128 - Formação de Recursos Humanos		10. Promover a capacitação dos servidores municipais para o aperfeiçoamento nas atividades da administração municipal	Todo o município	Servidores municipais capacitados	R\$ 190.000,00	Curto	Número de servidores municipais capacitados em relação ao total/ano	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	19 - Ciência e tecnologia, 573 - Difusão do conhecimento científico e tecnológico		11. Adquirir equipamentos de informática e manutenção constante para a administração municipal	Todo o município	Equipamentos adquiridos e manutenção realizada conforme demanda	R\$ 195.000,00	Imediato	Número de equipamentos adquiridos e número de manutenções realizadas/ano em relação a demanda	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 122- Administração geral		12. Promover a reforma, manutenção e ampliação dos edifícios públicos periodicamente	Todo o município	Reformas, manutenção e ampliação realizadas conforme demanda	R\$ 1.350.000,00	Curto	Número de reformas, manutenção e ampliação realizadas anualmente	Recursos próprios; Governo Estadual (SEDU PARANACIDADE)
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 122- Administração geral		13. Garantir a eficácia da divisão de setores administrativos da prefeitura, de forma a identificar possíveis adequações na estruturação administrativa atual	Todo o município	Estruturação administrativa adequada	R\$ 0,00	Imediato	Estruturação administrativa adequada	Recursos próprios
Estrutura e funcionamento dos conselhos	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 131 - Comunicação social	Fortalecer a participação popular nos processos de decisão da gestão municipal	14. Realizar a divulgação dos documentos e atas relacionados a cada reunião/ assembleia dos conselhos para um melhor acompanhamento e maior participação da população	Todo o município	Documentos e atas divulgados	R\$ 0,00	Imediato	Número de documentos e atas divulgados mensalmente	Recursos próprios



TEMA	RESPONSÁVEL	DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	DIMENSÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	META	CUSTO TOTAL	PRAZO	INDICADOR DE RESULTADO	FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 131 - Comunicação social		15. Fortalecer a participação dos conselhos municipais na gestão do município	Todo o município	Conselhos municipais atuantes	R\$ 25.000,00	Imediato	Número de Conselhos municipais atuantes em relação ao total/ano	Recursos próprios; Conselhos municipais
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 131 - Comunicação social		16. Identificar Conselhos Municipais inativos e estruturá-los, de modo a ampliar e garantir a participação democrática e popular na gestão urbana	Todo o município	Conselhos municipais reestruturados	R\$ 25.000,00	Imediato	Número de Conselhos municipais reestruturados em relação ao total/ano	Recursos próprios; Conselhos municipais
	SEAP - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	04 - Administração, 131 - Comunicação social		17. Fortalecer a integração com as organizações sociais comunitárias por meio da criação de um calendário de reuniões	Todo o município	Calendário de reuniões criado	R\$ 0,00	Imediato	Calendário de reuniões criado	Recursos próprios
CUSTO TOTAL								R\$ 3.815.000,00			

Nota:

	Ação contínua
--	---------------

3 ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

Conforme já explicitado neste documento e nos volumes anteriores que compõe a revisão do Plano Diretor Municipal, as ações aqui apresentadas, bem como os respectivos conteúdos e prazos, foram debatidas e priorizadas ao longo do processo de revisão deste PDM.

Vários foram os fatores que orientaram a hierarquização de implantação das ações:

- Potencial para provocar rápida e eficiente melhora nas condições sociais e de qualidade de vida da população;
- Efetivação de pré-requisitos para implantação de outras atividades;
- Possibilidade de ingresso de novas receitas para o erário municipal;
- Existência real de recursos e/ou alternativas de parcerias para efetivação das ações;
- Amplitude dos pré-requisitos e/ou procedimento necessários anteriormente à execução das ações.

No entanto, a implementação destas ações depende de uma conjuntura favorável, e, portanto, podem ser definidas novas hierarquias e alternativas de execução ao longo do tempo. Assim, este Plano de Ação e Investimentos deve ser objeto de constante apreciação e eventuais alterações, se julgadas necessárias, pelo Conselho Municipal da Cidade. Inclusive, destaca-se que necessariamente modificações das ações, respectivos conteúdos e priorização devem ser objeto de avaliação e deliberação do citado Conselho.

3.1 Compatibilização do Plano de Ação e Investimentos com o Plano Plurianual 2022-2025

Definição de ações por parte do Poder Público Municipal já é prática necessária para a definição do Plano Plurianual (PPA). No entanto, se antes estas eram definidas de maneira autocrática, após a promulgação da Lei Federal n.º 10.257/01 – Estatuto da Cidade, é obrigatória a relação direta entre o Plano Diretor (fundamentalmente elaborado democraticamente) e o PPA, bem como a Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A partir do estabelecimento deste Plano de Ação e Investimentos, o Município deverá proceder à compatibilização deste com o PPA 2022-2025, e demais instrumentos, de forma a evitar dupla oneração e estudar equivalência de despesas já previstas, já que as ações do PAI (Plano de Ação e Investimentos) deverão ser objeto de complementação dos próximos PPAs, LDOs e LOAs. Da mesma forma, sempre que houver alterações deliberadas para este PAI, deverá ser promovida a devida compatibilização com os instrumentos necessários.

Sugere-se, assim, a utilização do seguinte roteiro para futuras compatibilizações a serem realizadas:

- Identificação de similaridade e/ou sobreposição de ações;
- Avaliação de compatibilidade de recursos;
- Identificação do montante de recursos orçamentários que necessitam de aporte de outras fontes, caso os valores previstos para o desenvolvimento das ações não sejam compatíveis;

- E, por fim, identificação das fontes de recursos que possam complementar o valor excedente.

A seguinte planilha, esquemática, pode facilitar a visualização desses dados:

Tabela 1: Formas (exemplo) de financiamento das ações do Plano de Ação e Investimentos (PAI)

PDM		PPA 2022-2025		Diferença de Valor	Fonte de Recurso Complementar
Ações	Valor Previsto	Ações	Valor Previsto		
A	R\$ 700.000,00	A	R\$ 200.000,00	R\$ 500.000,00	Recurso Próprio
B	R\$ 265.000,00	B	R\$ 130.000,00	R\$ 135.000,00	SUS
C	R\$ 950.000,00	C	R\$ 450.000,00	R\$ 500.000,00	Recurso Próprio
...					

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

Ao finalizar a etapa de identificação, o próximo passo é totalizar o excedente existente por fonte de recurso complementar, facilitando a implantação das ações pelo Gestor Municipal, conforme a seguinte planilha:

Tabela 2: Resumo do financiamento das ações do PAI através de fontes de recursos complementares (exemplo)

Fonte de Recurso Complementar	Diferença de Valor
Recursos Próprios	R\$ 1.000.000,00
SUS – Sistema Único de Saúde	R\$ 135.000,00
Recursos não previstos no PPA	R\$ 2.565.000,00
...	R\$

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

3.2 Fontes de Recursos

Para custear as ações que constam no Plano de Ação e Investimentos, pode-se contar com recursos (i) próprios, (ii) de terceiros, onerosos ou não, ou (iii) mistos (através de parcerias). Estes estão mais bem detalhados na sequência, explorando os fatores que levariam a optar por esta ou aquela alternativa.

3.2.1 Fontes de Recursos não-reembolsável

Para a utilização de Recursos não-reembolsáveis (Fundo Perdido) é necessária, principalmente, a identificação de programas com estas características e as respectivas regras de contratação, que regulamentam as atividades desde a elaboração do projeto até a prestação de contas dos recursos obtidos. A partir de então, deve-se proceder à identificação das ações do PDM que poderão ser realizadas através desta linha de fomento. Na sequência, é elementar a preparação de um projeto contemplando-as.

Ressalta-se que mesmo sendo uma fonte de recursos de terceiros sem ônus ou dívida para o Município, é comum a exigência de contrapartidas orçamentárias e financeiras pelos agentes de financiamento. Isto significa que o Município deverá alocar parte de seus recursos orçamentários na execução destas ações. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

Tabela 3: Resumo do financiamento das ações do PAI através das Fontes não reembolsáveis (exemplo)

PDM		Recursos de Terceiros – não reembolsáveis (fundo perdido)		Valor Contrapartida (Recurso Próprio)
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor a ser obtido	
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

Ao final da identificação será necessário totalizar os valores de contrapartida que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

3.2.2 Fonte de Recursos Próprios

Verificada a capacidade operacional do município para gerar os recursos próprios, isto é, receitas livres de vinculação às despesas, necessários para a execução de ações do PDM, sugere-se que sejam identificadas as ações que podem ser fomentadas por este tipo de recurso e sua devida aplicação ao longo dos anos.

3.2.3 Fonte de Recursos de Empréstimos e Financiamentos

As ações que não serão viabilizadas através de Fontes de Recursos a Fundo Perdidos, ou, ainda, por conta de superávits financeiros gerados com as operações normais da Prefeitura (recursos próprios), poderão ser realizadas mediante empréstimos e financiamentos de longo prazo. Esta modalidade de fonte de recurso é de característica “onerosa”, isto é, o valor total financiado será devolvido em parcelas mensais durante o período contratado, sendo embutidas nestas parcelas juros e correções monetárias sobre o valor principal.

Para a contratação destes recursos é necessário que o Município possua capacidade de endividamento e de pagamento dos recursos financiados. A capacidade de endividamento, de forma simplificada, é realizada através da aplicação da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que determina que o saldo da dívida consolidada líquida não seja superior a 1,2 vezes a sua Receita Corrente Líquida – RCL. A capacidade de pagamento está indicada pela comparação dos valores das parcelas da dívida que serão pagas anualmente com a Meta Fiscal de Superávit Primário ao longo dos exercícios, demonstrando que a administração possui a capacidade de gerar recursos suficientes para o pagamento dos serviços da dívida.

Ressalta-se que a maioria dos empréstimos e financiamentos pressupõe uma contrapartida do seu tomador, sendo necessário que seja incluso nos orçamentos anuais a parcela de investimentos realizados por conta de recursos próprios do Município.

É importante identificar as fontes de financiamentos e suas regras de contratação, que regulamentam as atividades desde a elaboração do projeto até a prestação de contas dos recursos obtidos, para então avaliar as ações

do PDM que poderão ser realizadas através destas fontes de recursos, preparando um projeto e contemplando-as. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

Tabela 4: Resumo do financiamento das ações do PAI através de recursos de empréstimos e financiamentos (exemplo)

PDM		Recursos de Empréstimos e Financiamentos		Valor Contrapartida (Recurso Próprio)
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor a ser obtido	
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

Ao final da identificação será necessário totalizar os valores de contrapartida que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

3.2.4 Fonte de Parcerias Público-Privadas ou Intergovernamentais

Outra possibilidade de execução das ações do PDM é a das parcerias que o Município pode realizar junto com instituições privadas e públicas. Nesta modalidade de parceria, ambos os lados participam dos investimentos necessários para a execução das ações, seja com recursos materiais, humanos e financeiros, uma vez que o resultado obtido favorecerá todos os parceiros envolvidos.

Para estudar esta possibilidade, primeiramente devem ser identificadas ações que tragam benefícios mútuos, transformando-as em projeto para fomentar a negociação com as partes interessadas e beneficiárias.

Ressalta-se que toda parceria pressupõe contrapartida de ambos os lados, sendo necessário que seja incluso nos orçamentos anuais a parcela de investimentos realizados por conta de recursos próprios do Município. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

Tabela 5: Resumo do financiamento das ações do PAI através de parcerias

PDM		Parcerias		Valor Contrapartida (Recurso Próprio)
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor Total	
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

Ao final da identificação será necessário totalizar os valores das contrapartidas que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

3.3 Análise Geral dos Recursos Próprios Necessários

Após o levantamento das fontes de recursos que serão utilizadas pelo Município, é fundamental uma análise global onde sejam detectadas as contrapartidas financeiras necessárias para a execução do Plano de Ação e Investimentos, além dos recursos próprios já determinados. Para orientar este processo de identificação, bem como a contabilização total dos recursos a serem despendidos pela Prefeitura Municipal ano a ano, sugere-se a elaboração da Tabela 7.

Tabela 6: Necessidades de recursos próprios para implantação do PAI

Período	PPA 2022-2025		Recursos Próprios	Amortização e Juros de Empréstimos e Financiamentos	Contrapartidas			TOTAL
	Recursos inseridos	Complementações			de Empréstimos e Financiamentos	Fundo Perdido	Parceria	
2022	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2023	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2024	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2025	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TOTAIS	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Fonte: ECOTÉCNICA, 2023

3.3.1 Capacidade de Endividamento e de Pagamento de Dívidas

A capacidade de endividamento identifica a condição do município de assumir novas dívidas de características onerosas ou não. Para medir a capacidade de endividamento, utiliza-se o limite estabelecido no inciso II do artigo 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em que é estipulado que a condição máxima permitida aos municípios é de o endividamento líquido não ser superior a 1,2 vezes a sua geração de receita corrente líquida (RCL).

Já a capacidade de pagamento da dívida diz respeito à condição do município de geração de superávits primários (Resultado Primário positivo) suficientes para pagamento das parcelas da dívida (juros, encargos da dívida e amortizações do principal). O cálculo do superávit primário está regulamentado na Portaria nº 587, de 29 de agosto de 2005, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ainda, para melhor entendimento da capacidade de pagamento e para efeito da análise da viabilidade de implantação do Plano de Ação e Investimento, principalmente porque neste está previsto fontes de recursos próprios como contrapartida do Município, deve-se entender que o superávit primário deverá cobrir as parcelas da dívida e o montante das contrapartidas necessárias conforme a fonte de recurso que foi acionada.

Portanto, a situação mais desfavorável ao Município é a realização de Empréstimos e Financiamentos na maior parte do montante total do Plano de Ação do PDM, uma vez que nesta condição, o município gerará gastos superiores de juros e encargos sobre a dívida contraída (novos empréstimos e financiamentos) em vários anos. Além disso, a maior parte destas linhas de crédito exige a participação do município através da contrapartida de recursos

próprios. Nas outras formas de financiamento do PAI, poderá ou não existir a contrapartida, mas nunca ocorrerá a necessidade de gastos com juros e encargos da dívida.

Como peça fundamental para tomada decisória da tipologia de fonte de recurso a ser utilizada, o cálculo das capacidades de endividamento e pagamento deve ser realizado sistematicamente. Apresenta-se a seguir, a simulação dos indicadores de endividamento e de pagamento da dívida existente no Município.

Tabela 7: Capacidade de Endividamento para Contração de Novas Dívidas - 2021

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO PARA CONTRAIR NOVAS DÍVIDAS (Últimos 12 meses) –2021	
RCL – Receita Corrente Líquida no período de 12 meses [1]	R\$ 34.585.376,95
Valor Máximo Permitido para o Saldo da Dívida Consolidada Líquida [2] = 1,2 x [1]	R\$ 41.502.452,34
Saldo da Dívida Consolidada Líquida apurada no período [3] - 2019	R\$ 6.102.009,77
Capacidade de Endividamento no período [4] = [2] – [3]	R\$ 35.400.442,57
Total das ações previstas no Plano de Ação e Investimentos já consideradas no PPA [5]	R\$ 00 (*)
Investimento Total do Plano de Ação e Investimentos do PDM	R\$ 72.976.900,00
Montante Total para Execução do Plano de Ação do PDM [6] = [4] – [5]	R\$ xxxxxx (**)

(*) Valor resultante do desconto do total de investimentos do Plano de Ação e Investimentos (PAI), já contemplados no PPA.

(**) Montante total para 05 anos (prazo: imediato, curto e médio).

Importante que algumas ações deverão ser revistas, em termos de custos, para que o saldo suporte a execução do Plano de Ações e Investimentos.

Conforme os quadros do PAI, exposto anteriormente, verifica-se que o custo total das ações propostas neste Plano de Ação e Investimentos (PAI) em cinco anos é de R\$ 72.976.900,00. No entanto, como indica a tabela acima, a capacidade do município de endividamento é de R\$ 35.400.442,57.

À medida que forem elaborados os projetos e executadas as ações deverá haver maior precisão nos orçamentos previstos, os quais são meramente estimativos, a fim de balizar o município, para o montante necessário e assim, buscar a captação de recursos do governo federal ou estadual. Ademais, é necessário que a administração pública, quando for rever seu PPA para o próximo exercício considera as ações previstas neste documento, procedendo às adequações necessárias.

Ainda com base na Tabela 7 constata-se que Douradina possui capacidade de endividamento abaixo do montante estimado para a implementação do PDM, o que poderá dificultar o município a obter todos os recursos financeiros necessários à execução das ações do PAI. Não menos obstante, não se descarta a possibilidade de concentrar esforços para captação de recursos externos, fazendo uso, apenas em último caso de recursos próprios.

Ressalta-se que os custos previstos neste PAI são estimados dentro do que se prevê como sendo necessário para a realização das ações, portanto, reforça-se a necessidade de revisão de algumas ações, a fim de que o saldo suporte a execução deste Plano. É importante também que o município tome por base o roteiro explicitado



neste capítulo, como ferramenta de auxílio para a realização dos cálculos internamente durante a implantação do Plano de Ação e Investimentos, além de realizar ajustes e revisões à medida que as ações forem sendo executadas. A partir do panorama apresentado, a administração pública deve engajar-se na elaboração de projetos para quando houver recursos federais e/ou estaduais disponíveis possa ser beneficiada, bem como proceder a constantes orientações e capacitações de seu quadro técnico.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/>>. Acesso em: 04/11/2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: 04/11/2019.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município Ivaiporã**, 2020.

PARANÁ. Lei Estadual nº **15.229**, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual. Disponível em: <http://www.paranacidade.org.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=65>. Acesso em: jul.2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: jul. 2021.

SANTOS. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2004. 4. ed

MACGILLIVRAY, A., e ZADEK, S. Accounting for change : indicators for sustainable development. London: New Economics Foundation, 1995.

INNES, J., BOOHER, S. **Indicators for sustainable communities**: A strategy building on complexity theory and distributed intelligence. *Planning Theory & Practice*. 1, 173-186. 2000.

VAZ, José Carlos. **Medindo o desempenho da gestão**. DICAS, n.37, 1995.





APÊNDICE

ESTIMATIVAS DE CUSTOS DETALHADO POR EIXO DE DESENVOLVIMENTO



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: QUALIDADE AMBIENTAL							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Promover a conservação dos recursos hídricos, visando garantir a qualidade dos mananciais de abastecimento subterrâneos e cursos d'água superficiais	1. Promover o monitoramento contínuo da qualidade da água, especialmente dos mananciais de abastecimento subterrâneos	R\$ 100.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
	2. Realizar ações de fiscalização dos corpos hídricos e identificar possíveis pontos de poluição e contaminação das águas	R\$ 60.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
	3. Promover a conscientização da população quanto à preservação do meio ambiente, através dos canais de comunicação, inclusão de ações de educação ambiental nas escolas, entre outros	R\$ 125.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Garantir medidas de recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e áreas de vegetação nativa	4. Fortalecer as atividades de educação ambiental na grade curricular de ensino	-	-	-	-	-	-
	5. Incentivar os habitantes, em especial produtores rurais, que realizam ações de proteção e recuperação da mata ciliar, por meio de políticas públicas e programas relacionados	-	-	-	-	-	-



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: QUALIDADE AMBIENTAL							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	6. Elaborar políticas de conservação e monitoramento das áreas de APP e remanescentes florestais nativos do Município	-	-	-	-	-	-
	7. Elaborar programa de recuperação e preservação de áreas ambientais, referentes às APPs e áreas degradadas e implantá-lo	R\$ 154.000,00		R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
	8. Fomentar parcerias para a recuperação de APP (ONG, entidades sociais, escolas, entre outras)	-		-	-	-	-
	9. Promover ações em conjunto com o Estado no Corredor de Biodiversidade Caiuá-Ilha Grande no âmbito do Projeto Paraná Biodiversidade	R\$ 60.000,00				R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Promover o desenvolvimento econômico sustentável aliado a preservação do meio biológico	10. Incentivar a criação de Unidades de Conservação nas Áreas Estratégicas para Conservação e Restauração da Biodiversidade (AECR) e Corredor de Biodiversidade de Caiuá-Ilha Grande	R\$ 20.000,00		R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: QUALIDADE AMBIENTAL							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	11. Implantar programas de incentivo a criação de RPPNs	R\$ 15.000,00			R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	12. Elaborar e implantar o Plano de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Município (ESEC e REBIO)	R\$ 135.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 85.000,00			
		R\$ 669.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 192.000,00	R\$ 107.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00
							R\$ 669.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: REORDENAMENTO TERRITORIAL

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
<ul style="list-style-type: none"> Promover a ocupação do solo prioritariamente nas áreas aptas, respeitando as restrições impostas pelas características naturais do terreno 	1. Definir as áreas para expansão urbana através da alteração do perímetro urbano, de acordo com as áreas mais propícias identificadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
	2. Regulamentar o novo zoneamento e macrozoneamento proposto na revisão do PDM, o qual considerou as áreas de restrição à ocupação urbana (APPs, áreas de vegetação e reserva legal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
<ul style="list-style-type: none"> Garantir a infraestrutura adequada para a população rural visando a permanência do homem no campo 	3. Promover apoio à produção rural para desenvolvimento mais eficiente das produções agrícolas	R\$ 150.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
	4. Promover infraestrutura para as comunidades rurais e distritos (água, esgoto, energia, internet, etc.)	R\$ 2.530.000,00		R\$ 500.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 430.000,00
Promover o ordenamento territorial da área rural, garantindo o manejo sustentável dos recursos naturais	5. Criar e implementar programas de incentivos à agricultura familiar e pequenos produtores	R\$ 175.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
	6. Incentivar a diversificação da produção primária	R\$ 55.000,00			R\$ 15.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: REORDENAMENTO TERRITORIAL

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	7. Promover e incentivar parcerias com universidades, cooperativas, empresas privadas e órgãos extensionistas federais e estaduais para execução de programas e ações de assistências técnicas	R\$ 0,00	-	-	-	-	-
	8. Promover feiras e espaços para comercialização dos produtos da agricultura local	R\$ 275.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
	9. Fortalecer os programas PAA e PNAE, utilizando das produções locais para alimentação escolar e das famílias de baixa renda	R\$ 115.000,00	R\$ 23.000,00	R\$ 23.000,00	R\$ 23.000,00	R\$ 23.000,00	R\$ 23.000,00
Promover o ordenamento territorial, fomentando a ocupação, o crescimento e o desenvolvimento sustentável do Município	10. Incentivar a averbação de Reservas Legais, por meio da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR)	R\$ 10.000,00		R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00		
	11. Regulamentar nova lei do zoneamento, uso e ocupação do solo definida no processo de revisão do PDM	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
	12. Fiscalizar e impedir a ocupação e parcelamento do solo fora do perímetro urbano e em desacordo com a lei de parcelamento do solo	R\$ 100.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
	13. Implantar marcos da readequação do perímetro urbano	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00				



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: REORDENAMENTO TERRITORIAL

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Organizar o desenvolvimento da cidade, através da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município, priorizando a ocupação dos vazios urbanos e o crescimento ordenado do espaço urbano sustentável	14. Incentivar a ocupação em vazios urbanos, através de instrumentos como IPTU progressivo	R\$ 0,00				R\$ 0,00	
	15. Implementar instrumentos urbanísticos para impulsionar a ocupação de lotes vazios voltados à implementação de equipamentos comunitários, tais como o Direito de Preempção	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
	16. Realizar a fiscalização do uso e ocupação do solo urbano	R\$ 120.000,00		R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
	17. Realizar a divulgação dos parâmetros de uso e ocupação do solo conforme legislação municipal em vigência para disseminação das informações a toda a população	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00				
	18. Realizar a construção de barracão industrial para fomentar a atividade industrial	R\$ 350.000,00		R\$ 350.000,00			
	19. Ampliar o distrito / parque industrial no município	R\$ 1.150.000,00		R\$ 800.000,00	R\$ 350.000,00		
			R\$ 255.400,00	R\$ 1.848.000,00	R\$ 1.363.000,00	R\$ 1.013.000,00	R\$ 643.000,00
		R\$ 5.122.400,00					



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: MOBILIDADE SUSTENTÁVEL							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Promover a mobilidade municipal	1. Criar e implantar programa de manutenção e sinalização das estradas rurais municipais	R\$ 550.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
	2. Pleitear recursos com o governo estadual e federal para melhorias nas estradas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	3. Criar e implantar programa de pavimentação das estradas rurais e vias dos distritos administrativos	R\$ 1.580.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 310.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 245.000,00	R\$ 245.000,00
	4. Executar a pavimentação da Estrada Jardim do Ivaí (sede/distrito)	R\$ 375.000,00		R\$ 375.000,00			
Planejar, executar e manter o sistema viário segundo critérios de segurança e conforto da população, respeitando o meio ambiente, obedecidas as diretrizes de uso e ocupação do	5. Promover a reestruturação de vias urbanas conforme diretrizes do Plano Diretor e legislação correlata	R\$ 360.000,00				R\$ 110.000,00	R\$ 250.000,00
	6. Fiscalizar a implantação de novas vias para atendimento da legislação municipal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
solo e do transporte de passageiros e cargas	7. Executar obras de pavimentação e sinalização viária na sede e distritos	R\$ 930.000,00			R\$ 180.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 450.000,00
	8. Considerar as diretrizes viárias nos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos regulamentadas em legislação municipal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fomentar a atratividade do uso do transporte coletivo de passageiros, a ser implementado quando da sua viabilidade, por intermédio de deslocamentos rápidos, seguros, confortáveis e custos compatíveis	9. Articular junto aos municípios limítrofes uma oferta maior de transporte público intermunicipal	R\$ 360.000,00				R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00
	10. Elaborar estudo de viabilidade técnica-financeira para implantação de sistema de transporte público coletivo para atendimento da área urbana e rural	R\$ 60.000,00		R\$ 60.000,00			
	11. Fomentar a possibilidade da participação da iniciativa privada na operação e implantação de infraestrutura do sistema, sob a forma de investimento, concessão de serviço público, autorização ou obra	R\$ 0,00					



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: MOBILIDADE SUSTENTÁVEL							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Garantir o atendimento por transporte escolar às localidades rurais, Vila rural e distritos	12. Realizar a manutenção e renovação periódica da frota de veículos do transporte escolar	R\$ 965.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 310.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
	13. Realizar manutenção periódica das calçadas (sede, vila rural e distritos)	R\$ 325.000,00			R\$ 85.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
Priorizar o transporte individual através da melhoria na infraestrutura urbana (calçadas e ciclovias/ciclofaixas)	14. Promover a adequação da acessibilidade para portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida nas áreas urbanas	R\$ 435.000,00		R\$ 120.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 85.000,00	
	15. Criar e implantar projeto de padronização de calçadas, nas vias urbanas	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	16. Promover a revitalização das calçadas na sede urbana e distritos conforme diretrizes do plano diretor e legislação correlata (lei do sistema viário básico)	R\$ 855.000,00			R\$ 245.000,00	R\$ 610.000,00	
	17. Elaborar e implantar um plano cicloviário	R\$ 0,00					



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: MOBILIDADE SUSTENTÁVEL							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Melhorar infraestrutura de transporte de cargas	18. Elaborar estudo de viabilidade para implantação de um contorno rodoviário (PR 082)	R\$ 0,00					
	19. Definir as principais rotas, os padrões de veículos e os pontos de carga e descarga a serem utilizados no abastecimento e na distribuição de bens dentro do Município	R\$ 0,00		R\$ 0,00			
	20. Realizar estudos de fluxos viários para desviar a rodovia e tráfego de caminhões do centro da sede urbana, seguindo diretrizes do Plano Diretor	R\$ 0,00					
		-	R\$ 545.000,00	R\$ 1.465.000,00	R\$ 1.650.000,00	R\$ 1.795.000,00	R\$ 1.390.000,00
		R\$ 6.845.000,00					



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Garantir o uso racional de água através da conscientização da população	1. Promover campanhas para conscientizar a população quanto ao uso racional da água	R\$ 50.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Promover a universalização do acesso à água potável em todo o território municipal	2. Realizar estudo de viabilidade e aprimorar o abastecimento de água nos distritos e comunidades rurais	R\$ 325.000,00		R\$ 130.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 80.000,00
Garantir o cumprimento da implementação do PMSB	3. Implementar as ações do PMSB	Conforme o PMSB	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano
Garantir mecanismos de esgotamento sanitário ambientalmente	4. Viabilizar junto à Companhia de Saneamento do Paraná a implementação de sistema de esgoto sanitário na sede urbana	R\$ 4.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00		



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
adequados a toda a população	5. Promover a substituição de fossas rudimentares para fossas sépticas onde não for possível alcançar a rede de esgotamento sanitário	R\$ 325.000,00		R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 85.000,00	
	6. Promover serviços de limpeza de fossas pela administração municipal para famílias de baixa renda	R\$ 85.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
	7. Promover a ampliação do sistema de drenagem urbana na Sede e distritos	R\$ 1.450.000,00				R\$ 800.000,00	R\$ 650.000,00
Promover o manejo sustentável das águas pluviais, garantindo a manutenção e melhoria do sistema de Macrodrenagem e Micro drenagem urbana	8. Elaborar e implementar Plano de Drenagem Urbana	R\$ 100.000,00		R\$ 100.000,00	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano
	9. Executar a manutenção do sistema de micro drenagem (bocas- de-lobo) periodicamente	R\$ 120.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
	10. Implementar as ações do PMSB quanto aos resíduos sólidos	Conforme o PMSB	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Promover o aperfeiçoamento no sistema de coleta de resíduos sólidos	11. Realizar avaliações constantes do sistema de coleta de resíduos sólidos para sua efetiva operacionalização e aprimoramento	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	12. Realizar manutenção periódica da frota de veículos e equipamentos da coleta de resíduos sólidos	R\$ 490.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
	13. Instalar lixeiras para coleta seletivas nas principais ruas, avenidas e prédios públicos	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00			
	14. Promover cursos e palestras aos catadores de resíduos sobre o adequado manejo dos mesmos	R\$ 60.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Garantir o manejo e destinação correta dos resíduos sólidos recicláveis gerados no município	15. Promover a organização dos catadores de materiais recicláveis por meio de associação/cooperativa com vistas a promover maior inclusão social	R\$ 350.000,00			R\$ 350.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	16. Realizar ações/campanhas de conscientização da população quanto à separação dos resíduos recicláveis e a redução de sua geração	R\$ 40.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
	17. Dar continuidade às ações de limpeza pública no município	R\$ 450.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
Garantir a limpeza pública no município	18. Realizar o planejamento da varrição dos logradouros públicos e divulgá-lo no portal de Douradina para conhecimento da população	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Promover o aprimoramento do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública	19. Realizar a substituição das lâmpadas de vapor sódio por LED, especialmente na sede urbana e distritos	R\$ 900.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 300.000,00			
	20. Realizar o rebaixamento de iluminação nas vias públicas da sede	R\$ 400.000,00		R\$ 400.000,00			



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	21. Conceder benefícios fiscais para instalação e utilização de fontes alternativas de energia elétrica como energia solar ou eólica em residências, comércios e indústrias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	22. Realizar a ampliação da rede elétrica nas áreas desassistidas na sede urbana, distritos e comunidades rurais	R\$ 690.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 220.000,00		
Promover a pavimentação da malha viária no município	23. Executar a ampliação da pavimentação de vias na sede, distritos e estradas rurais de maior fluxo	custo considerado no EIXO 3					
	24. Realizar a pavimentação da Estrada Jardim do Ivaí (sede/distrito)	custo considerado no EIXO 3					
Implementar arborização urbana de forma adequada,	25. Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana	R\$ 95.000,00	R\$ 95.000,00	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano	conforme o plano



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
promovendo conforto térmico e acústico	26. Realizar constantes vistorias e manutenção das árvores de forma a identificar problemas fitossanitários e estruturais, para tratá-los antecipadamente, substituindo as árvores senescentes	R\$ 60.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Garantir o acesso à comunicação e informação para toda a população do município	27. Pleitear junto aos órgãos competentes e às empresas de telefonia/internet/rádio a ampliação na abrangência e/ou melhorias nos sistemas	R\$ 0,00			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Garantir o pleno funcionamento do serviço funerário	29. Promover a ampliação do cemitério municipal	R\$ 650.000,00	R\$ 650.000,00				
	30. Promover a revitalização do cemitério municipal	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00				
Garantir a oferta de vagas para o ensino infantil, de modo a superar o déficit educacional	31. Assegurar a conclusão das obras de ampliação do CMEI Campodoro, visando a diminuição de crianças na fila de espera de vagas	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00			-	-



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	32. Avaliar a necessidade e buscar recursos para a implantação de novas unidades/oferta de educação infantil, inclusive nas áreas onde não há abrangência dos equipamentos existentes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Garantir o acesso universal à educação para habitantes de localidades além da sede urbana	33. Avaliar a necessidade da implantação de equipamentos de educação e/ou transporte escolar nas localidades além da sede urbana, e implementá-los se for o caso	R\$ 430.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Assegurar a contínua oferta de educação pública de qualidade, acessível e inclusiva	34. Certificar que os índices educacionais do Município estejam na meta ou a supere	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	35. Assegurar a continuidade e manutenção das modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e oferta de Atendimento Educacional Especializado, inclusive provendo oferta de profissionais da educação compatíveis com a demanda	R\$ 221.000,00	R\$ 63.000,00	R\$ 76.000,00	R\$ 82.000,00	R\$ 82.000,00	R\$ 82.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	36. Promover a capacitação periódica de docentes da rede pública municipal de ensino	R\$ 135.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
	37. Realizar avaliação do motivo da taxa de abandono e de reprovação do Ensino Médio municipal elevadas no município e realizar ações para revertê-la	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Garantir o ensino de qualidade, provendo aos equipamentos de ensino investimentos nas estruturas físicas, qualificação dos profissionais da educação e investimentos em equipamentos adequados	38. Obter recursos financeiros e realizar as reformas no refeitório, cozinha, pátio e estacionamento do Colégio Estadual Cívico Militar do Município	R\$ 172.500,00	R\$ 82.500,00	R\$ 90.000,00	-	-	-
	39. Obter recursos financeiros e realizar a ampliação de espaços existentes e construção de quadra coberta e solário na Escola Rural Municipal Vila Formosa	R\$ 165.000,00		R\$ 165.000,00	-	-	-
	40. Obter recursos financeiros e realizar a reforma de espaços existentes e a	R\$ 175.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 110.000,00	-	-	-



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	ampliação/construção de salas de aula e refeitório da Escola Municipal Drummond de Andrade						
Promover a oferta da modalidade de ensino superior e técnico no Município	41. Buscar parcerias com instituições de ensino, visando suprir a demanda de ensino superior e técnico no Município	R\$ 0,00			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	42. Promover cursos técnicos e profissionalizantes voltados à vocação do Município	R\$ 1.148.000,00		R\$ 281.000,00	R\$ 289.000,00	R\$ 289.000,00	R\$ 289.000,00
Assegurar a contínua oferta e qualidade dos serviços públicos de saúde municipal, provendo investimentos nas estruturas físicas, profissionais especializados e em equipamentos adequados	43. Realizar a contratação de profissionais especializados e manutenção dos serviços da Clínica Odontológica Pública	R\$ 1.025.000,00	R\$ 215.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00
	44. Obter recursos e realizar reforma no Posto de Saúde no Distrito de Jardim do Ivaí	R\$ 285.000,00		R\$ 285.000,00			
	45. Obter recursos financeiros e realizar manutenção e reformas nos equipamentos de saúde dos distritos do Município	R\$ 1.950.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
	46. Realizar obras de ampliação da unidade de saúde Carlos Torisco	R\$ 680.000,00		R\$ 680.000,00		-	-



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	47. Realizar a manutenção e garantir a continuidade dos serviços de Pronto Atendimento no Município	R\$ 10.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
	48. Promover a ampliação da infraestrutura física e operacional do Centro de Saúde Hélio Corsini	R\$ 1.050.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
	49. Assegurar recursos financeiros para deslocamento de pacientes a outros municípios	R\$ 400.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
	50. Assegurar a acessibilidade dos veículos de transportes de pacientes, especialmente para PCDs	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00				
	50. Assegurar a continuidade de investimentos nas estruturas físicas dos equipamentos de saúde municipais	R\$ 2.500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
	51. Realizar estudos e implantar uma nova UBS, especialmente em áreas não abrangidas pelos equipamentos de saúde existentes	R\$ 1.350.000,00			R\$ 850.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	52. Implantar serviços de reabilitação junto às UBS	R\$ 1.000.000,00		R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
	53. Firmar parcerias com órgãos estaduais/federais e terceiros para promover a capacitação dos profissionais de saúde	R\$ 165.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
	54. Garantir a continuidade e manutenção dos serviços do Programa Saúde da Família e programas preventivos tais como campanhas de vacinação e Estratégia Saúde da Família	R\$ 1.290.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 330.000,00	R\$ 230.000,00
Garantir a oferta dos serviços e programas de assistência social de qualidade, de modo que os direitos básicos humanos sejam assegurados	55. Apoiar associações relativas à assistência social no Município, tais como a APAE	R\$ 620.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00
	56. Promover a qualificação dos profissionais e aprimoramento dos serviços de assistência social do Município através de cursos, palestras, seminários de capacitação	R\$ 75.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	57. Prover investimentos nos equipamentos de assistência social existentes	R\$ 935.000,00	R\$ 135.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 190.000,00
	58. Captar recursos para a execução do projeto e obras da nova sede do Conselho Tutelar	R\$ 650.000,00		R\$ 650.000,00			
	59. Captar recursos para a execução do projeto e obras da nova sede do Serviço de Convivência da Criança e Adolescente	R\$ 530.000,00			R\$ 530.000,00		
Promover a assistência social no município, garantindo que os serviços possuam estruturas e equipamentos adequados e profissionais qualificados	58. Garantir o efetivo término das obras da nova sede do CRAS no Município	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00				
	59. Assegurar a abrangência dos serviços de assistência social em localidades além da sede urbana	R\$ 325.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00
	60. Assegurar a contínua oferta qualificada dos serviços do CRAS, Casa Lar e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças, Adolescentes e Idosos	R\$ 1.546.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 310.000,00	R\$ 312.000,00	R\$ 312.000,00	R\$ 312.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Promover a Segurança Pública Municipal	61. Reforçar ações de prevenção ao uso de entorpecentes, segurança no trânsito, atenção especial à vítimas de violência doméstica, entre outras	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	62. Promover a qualidade do serviço de Segurança Pública Municipal, realizando investimentos em qualificação dos profissionais e aquisição de equipamentos adequados	R\$ 395.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00
Oferecer espaços públicos culturais, de lazer e desportivos com qualidade e acessibilidade à todos	63. Realizar a solicitação de auxílio financeiro ao governo do Estado para conclusão das reformas dos equipamentos públicos que estão em andamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
	64. Realizar melhorias e ampliações necessárias para garantir a qualidade da estrutura para os eventos desportivos e culturais	R\$ 355.000,00				R\$ 125.000,00	R\$ 230.000,00
	65. Buscar incentivos financeiros e realizar a implantação de novos equipamentos culturais e	R\$ 1.055.000,00			R\$ 350.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 300.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	recreativos na sede urbana, vila rural, e especialmente, nos distritos do Município						
Promover a realização de festividades típicas e eventos desportivos do Município	66. Promover e fortalecer os eventos desportivos e festividades tradicionais no município	R\$ 730.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 160.000,00
	67. Realizar pesquisas com a população afim de resgatar e valorizar a identidade cultural do Município	R\$ 0,00		R\$ 0,00			
Garantir o contínuo investimento no setor cultural, desportivo e de lazer	68. Buscar recursos e promover reforma da cobertura da quadra de esportes	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00				
	69. Buscar recursos e promover reforma da pista de caminhada	R\$ 520.000,00	R\$ 520.000,00				
	70. Possibilitar que as estruturas dos equipamentos desportivos possam sediar eventos culturais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	71. Incentivar à população infantil a prática de atividades esportivas e culturais através da realização e divulgação de eventos relacionados às práticas esportivas e culturais	R\$ 55.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
	72. Realizar estudos para a criação e implantação de equipamentos de lazer e culturais para todas as faixas etárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	73. Angariar recursos financeiros visando a implantação dos projetos de parques e bosques já existentes e/ou a serem projetados	R\$ 400.000,00	-	-		R\$ 250.000,00	R\$ 150.000,00
	74. Aprimorar a estrutura disponível nos equipamentos direcionados aos idosos, bem como avaliar a necessidade da realocação do Centro do Idoso	R\$ 120.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	-	-	-



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	75. Dotar o município de áreas verdes através da implantação de praças, parques e bosques na sede e distritos	R\$ 300.000,00	-	-		R\$ 300.000,00	
Promover a regularização fundiária de loteamentos irregulares	76. Assegurar a continuidade do processo de regularização fundiária dos distritos de Jardim do Ivaí e Vila Formosa	R\$ 130.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00		
	77. Obter recursos financeiros com a finalidade de realizar a regularização fundiária de loteamentos irregulares e assentamentos precários	R\$ 300.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00			
	78. Realizar a realocação das famílias com baixa renda que se encontram em APP	R\$ 450.000,00		R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	
	79. Conter a ocupação de áreas de preservação ambiental, realizando ações de fiscalização destas áreas periodicamente	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Promover a regulamentação das ZEIS de	80. Regulamentar ZEIS de regularização fundiária em assentamentos precários e ocupações irregulares	R\$ 0,00	R\$ 0,00				



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
diferentes modalidades	81. Promover ações de melhorias habitacionais de acordo com o planejamento delineado no PLHIS	Conforme o PLHIS	Conforme o PLHIS	Conforme o PLHIS	Conforme o PLHIS	Conforme o PLHIS	Conforme o PLHIS
	82. Regulamentar ZEIS voltadas à produção habitacional de interesse social	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
	83. Estimular o uso habitacional de imóveis que não estão cumprindo sua função social para famílias de baixa renda	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Garantir o direito à moradia digna, proporcionando a abrangência das qualidades urbanísticas para as demais localidades além da Sede Urbana	84. Estimular o uso de instrumentos urbanísticos (Estatuto da Cidade) a fim de contribuir com a política habitacional do Município	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Garantir a continuidade dos programas e	85. Implementar o PLHIS e promover sua revisão periódica	R\$ 200.000,00		R\$ 200.000,00	Conforme o plano	Conforme o plano	Conforme o plano



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
iniciativas de produção de Habitação de Interesse Social	86. Garantir a contínua atualização de dados e mapeamentos contidos no PHLIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	87. Adquirir terreno para a produção habitacional de interesse social	R\$ 1.100.000,00			R\$ 500.000,00	R\$ 600.000,00	
	88. Pleitear recursos junto às outras esferas federadas para a produção habitacional de interesse social	R\$ 5.900.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.100.000,00
			R\$ 11.745.500,00	R\$ 13.362.000,00	R\$ 10.558.000,00	R\$ 8.898.000,00	R\$ 8.058.000,00
		R\$ 52.621.500,00					



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: ESTRUTURAÇÃO DO SETOR ECONÔMICO							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Incentivar o ecoturismo/turismo de aventura, de modo que parte dos recursos arrecadados sejam direcionados ao manejo dos recursos hídricos e parques ecológicos	1. Impulsionar o turismo ambiental atrelado ao Rio Ivaí através da criação de parques, rotas e investimentos na infraestrutura turística local	R\$ 1.350.000,00			R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 350.000,00
	2. Promover apoio ao Programa Pedala Paraná	R\$ 30.000,00			R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
	3. Incentivar a criação de rotas de ciclismo, inclusive com estrutura adequada ao esporte (placas de sinalização, paradas em paisagens naturais/cachoeiras, entre outros)	R\$ 300.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00			
	4. Incentivar o turismo rural no Município, através de subsídios para as localidades que desejarem ofertar algum tipo de serviço relacionado ao turismo (chácaras de lazer, pesque-pague, restaurantes típicos, experiências rurais, entre outros)	R\$ 420.000,00		R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
Promover o desenvolvimento do setor turístico municipal	5. Realizar investimentos na infraestrutura relacionada às festas tradicionais regionais e do Município	R\$ 450.000,00			R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
	6. Intensificar o uso dos canais de comunicação existentes para divulgação dos atrativos turísticos, principalmente os meios digitais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: ESTRUTURAÇÃO DO SETOR ECONÔMICO							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	7. Investir na infraestrutura do setor turístico municipal, garantindo incentivos de caráter facilitador à instalação e permanência de serviços tais como restaurantes, hotéis, pousadas, chácaras	R\$ 175.000,00			R\$ 35.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
	8. Realizar a construção do Portal Turístico do Município	R\$ 140.000,00		R\$ 140.000,00			
Promover a oferta de empregos e renda, de modo a ser um dos instrumentos de melhoria de qualidade de vida da população no Município	9. Incentivar a instalação de novas empresas e estabelecimentos da indústria, comércio e serviços no Município, por meio de incentivos fiscais, concessão de uso	R\$ 0,00				R\$ 0,00	R\$ 0,00
	10. Manter e fortalecer a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes voltados à qualificação empresarial e empreendedorismo em parceria com o SEBRAE	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
	11. Efetivar e fortalecer parcerias com instituições privadas e organizações governamentais a fim de prover a capacitação de mão de obra local qualificada	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: ESTRUTURAÇÃO DO SETOR ECONÔMICO							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Dinamizar e diversificar a oferta de comércio e serviços local	12. Promover políticas públicas voltadas ao setor econômico, em forma de incentivos fiscais e legislativos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	13. Realizar ações de apoio ao comércio local	R\$ 185.000,00		R\$ 50.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
	14. Incentivar a compra de produtos de comerciantes locais e a realização de feiras livres estratégicas	R\$ 200.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
Promover o aperfeiçoamento do desenvolvimento agropecuário	15. Ofertar incentivos fiscais ao desenvolvimento da agricultura familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	16. Fortalecer parcerias com o setor privado para aquisição da produção do setor primário do município	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	17. Estimular a criação de cooperativas e ações relativas a economia solidária	R\$ 90.000,00		R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00
			R\$ 290.000,00	R\$ 645.000,00	R\$ 1.035.000,00	R\$ 1.042.000,00	R\$ 892.000,00
		R\$ 3.904.000,00					



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Promover a gestão sustentável do orçamento municipal	1. Realizar campanhas voltadas à diminuição da inadimplência municipal (IPTU, INSS, entre outros)	R\$ 10.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
	2. Revisar o código tributário municipal	R\$ 30.000,00		R\$ 30.000,00			
Promover a adequação da legislação municipal que contempla a Estrutura Administrativa da Prefeitura de acordo com as necessidades do Município	3. Fortalecer a integração dos funcionários públicos municipais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	4. Atualizar o organograma da administração municipal, inclusive alterando-o sempre que necessário	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
	5. Revisar atribuições adequadas às respectivas pastas administrativas	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
Promover o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão municipal	6. Incentivar o uso de novas tecnologias e aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos técnicos para que se tornem mais eficientes e que acompanhem as necessidades sociais mutáveis	R\$ 240.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	7. Promover a capacitação dos servidores municipais na operacionalização da base de dados em ambiente SIG - Sistema de Informação Geográfica	R\$ 150.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
	8. Promover a revisão do Plano de Cargo e Carreira da Estrutura Administrativa Municipal	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
	9. Adquirir veículos para a realização de atividades da administração municipal	R\$ 1.600.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 400.000,00
	10. Promover a capacitação dos servidores municipais para o aperfeiçoamento nas atividades da administração municipal	R\$ 190.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00
	11. Adquirir equipamentos de informática e manutenção constante para a administração municipal	R\$ 195.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 30.000,00
	12. Promover a reforma, manutenção e ampliação dos edifícios públicos periodicamente	R\$ 1.350.000,00		R\$ 300.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 320.000,00



EIXO DE DESENVOLVIMENTO: SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL							
DIRETRIZES (PROGRAMA)	AÇÕES (PROJETOS)	CUSTO TOTAL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	13. Garantir a eficácia da divisão de setores administrativos da prefeitura, de forma a identificar possíveis adequações na estruturação administrativa atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
	14. Realizar a divulgação dos documentos e atas relacionados a cada reunião/ assembleia dos conselhos para um melhor acompanhamento e maior participação da população	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
Fortalecer a participação popular nos processos de decisão da gestão municipal	15. Fortalecer a participação dos conselhos municipais na gestão do município	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	16. Identificar Conselhos Municipais inativos e estruturá-los, de modo a ampliar e garantir a participação democrática e popular na gestão urbana	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	17. Fortalecer a integração com as organizações sociais comunitárias por meio da criação de um calendário de reuniões	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
		-	R\$ 495.000,00	R\$ 940.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ 880.000,00
			R\$ 3.815.000,00				